



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

10ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2025

(a ata desta Sessão está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes/2025/fevereiro/ata-da-10a-sessao-ordinaria-25-02-2025.pdf/view>)

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Sob a proteção de Deus, e em nome do povo aracajuano, declaro aberta esta sessão. Solicito ao vereador Sargento Byron, 1º Secretário, que faça a leitura da ata.

2º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB – LEITURA DA ATA

Bom dia, senhor presidente em exercício vereador Pastor Diego. Bom dia, vereadores e vereadoras. Bom dia, povo de Aracaju. ([Lendo a Ata da 9ª Sessão Ordinária](#)). Lida a ata, senhor presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

A ata está em apreciação. Não havendo quem queira apreciá-la, aprovada. Solicito ao vereador Sargento Byron, 1º Secretário, que faça a leitura dos avisos e do expediente.

1º SECRETÁRIO SARGENTO BYRON – MDB – LEITURA DO EXPEDIENTE E DOS AVISOS

Expediente ordinário do dia 25 de fevereiro de 2025.

Projeto de Lei nº 143/2024, de autoria da vereadora Sonia Meire. (Leu).

Projeto de Lei nº 146/2024, de autoria da vereadora Sonia Meire. (Leu).

Projeto de Lei nº 189/2024, de autoria da vereadora Sonia Meire. (Leu).

Projeto de Lei nº 211/2024, de autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Projeto de Lei nº 212/2024, de autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Projeto de Lei nº 214/2024, de autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Projeto de Lei nº 215/2024, de autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Projeto de Lei nº 263/2024, de autoria do vereador Joaquim da Janelinha. (Leu).

Projeto de Lei nº 266/2024, de autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Projeto de Lei nº 271/2024, de autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Projeto de Lei nº 290/2024, de autoria do vereador Joaquim da Janelinha. (Leu).

Projeto de Lei nº 304/2024, de autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Projeto de Lei nº 308/2024, de autoria do vereador Elber Batalha. (Leu).

Requerimento nº 33/2025, de autoria do vereador Iran Barbosa. (Leu).

Requerimento nº 34/2025, de autoria do vereador Iran Barbosa. (Leu).

Requerimento nº 38/2025, de autoria do vereador Iran Barbosa. (Leu).

Moção de nº 10/2025, de autoria do vereador Iran Barbosa. (Leu).

Avisos:

“Está aniversariando, hoje, dia 25 de fevereiro, o conselheiro Ulisses de Andrade Filho, vice-presidente do Tribunal de Contas de Sergipe, e também o juiz de Direito Hélio de Figueiredo Mesquita Neto.” Lidos o expediente e os avisos, senhor presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Vamos dar início ao Pequeno Expediente. Com a palavra, o Sargento Byron.

SARGENTO BYRON – MDB – PELA ORDEM

Senhor presidente, o meu pela ordem é para comunicar a impossibilidade temporária de o vereador Miltinho estar aqui na sessão, em virtude de estar em uma reunião no Ministério Público do estado de Sergipe.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Tudo bem. Vamos dar início ao Pequeno Expediente. O primeiro orador dessa manhã é o vereador Iran Barbosa.

IRAN BARBOSA – PSOL - ORADOR

Muito bom dia, senhor presidente. Bom dia aos colegas parlamentares, bom dia a todos e todas que acompanham esta sessão. Eu quero, neste momento, presidente, primeiramente, como se trata do Pequeno Expediente, abordar dois assuntos rápidos. O primeiro deles é anunciar com muita satisfação que, na última quinta-feira, se não me falha a memória, a Comissão de Educação se reuniu e nós deliberamos pela formação dos dirigentes dessa comissão. Eu fiquei com a responsabilidade de presidi-la e o vereador Miltinho com a responsabilidade de secretariar a Comissão de Educação e Cultura aqui desta Casa. Então, o primeiro anúncio é este, porque já começamos então a trabalhar, e as tarefas são muitas. A segunda notícia que queria tratar aqui é a seguinte: no dia de hoje, eu tive a oportunidade de ver a prefeita dialogando, nesses canais de mídias sociais, com a doutora Euza Missano, a respeito de um problema que desde há muito incomoda os aracajuanos, que é o excesso de fios colocados aí na cidade, muitos deles como excedente para serem usados em eventuais necessidades, e outros em total desuso, provocando, inclusive, cenas muitas vezes desagradáveis e colocando a população em risco. Hoje, vi as tratativas da prefeita com a doutora Euza Missano e quero aqui dizer também aos colegas que, na semana passada, eu apresentei aqui nesta Casa um projeto de lei que tem exatamente essa tarefa de tornar obrigatória a remoção dos cabos e da fiação aérea excedentes e sem uso instalados por concessionárias que operam ou utilizam rede aérea aqui na nossa capital. Evidentemente, o projeto prevê prazo para notificação, prazo para que isso aconteça, prevê a criação de um plano de remoção para que nós conheçamos, para que a cidade tenha um aspecto mais seguro e também visualmente mais agradável, porque também esses fios expostos da forma como estão tornam a cidade, inclusive, um pouco mais feia, e a gente precisa cuidar da estética da nossa cidade. Então, eu apresentei esse projeto de lei, já dialoguei sobre ele com a secretária de meio ambiente, porque tem uma questão ambiental também aí colocada. Mas sei que a EMSURB está tratando diretamente dessa questão. Vamos dialogar também com os técnicos da EMSURB e vamos, evidentemente, dialogar com os colegas para que possamos contribuir, para que também esta Casa dê sua contribuição na solução desse problema, que sei que atinge muitas pessoas, sobretudo aquelas que, vez por outra... Eu mesmo tenho um amigo que quase teve o seu pescoço ferido de forma mais grave; feriu, exatamente, andando com um motoboy. Um dos fios soltos aí da cidade terminou pegando no pescoço dele. Então, há riscos de acidente, há um excesso de fios colocados na cidade e, evidentemente, as concessionárias, as empresas que fazem isso têm que ter a responsabilidade de retirar. Inclusive, no projeto

que apresento, abre-se a perspectiva de um diálogo do poder público municipal com eventuais cooperativas que queiram reutilizar esses fios que são retirados, porque tem muita gente que tem interesse nisso, se esse não for o interesse das empresas que irão fazer a retirada. Então, é isso. Eu queria pedir também a atenção dos colegas para esse projeto de lei, para que nós possamos dar a contribuição desta Casa para um problema que já está tendo tratativas por parte da Administração Municipal e do Ministério público. Era isso, presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Com a palavra, o vereador Isac, no Pequeno Expediente. Vereador Lúcio Flávio.

LÚCIO FLÁVIO – PL

Vou falar no Grande, presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Maurício Maravilha.

MAURÍCIO MARAVILHA – UNIÃO BRASIL – ORADOR

Senhor presidente, todos os que nos acompanham aí na galeria, meus nobres vereadores e vereadoras, bom dia. A todos também que nos acompanham pela TV Câmara, meu bom dia. Hoje, eu venho aqui trazer à tribuna mais uma vez algo a respeito do projeto de lei protocolado sob o número 59/2025, para que a gente venha a contar com o apoio dos nobres vereadores, visto que é um projeto que garante a matrícula prioritária para crianças com Transtorno do Espectro Autista e, além disso, vai assegurar que essas vagas de ensino sejam em locais próximos da residência do aluno ou, alternativamente, próximos ao local do trabalho de seus responsáveis. Isso mostra a nossa preocupação por entendermos que, atualmente, vários diagnósticos nos dão a certeza de que é crescente o número de autismo e, por isso, é relevante sim um projeto de lei votado exclusivamente, nesse primeiro momento, para a educação, e também por entender e ter base já de afirmação que, de acordo com o CDC, que é o Centro de Controle de Prevenção e Doença dos Estados Unidos, 01 dentre 36 crianças foi identificada com autismo. Então, isso demonstra a preocupação de a gente querer, dentro da educação, fazer com que essas mães atípicas, as crianças que sofrem do Transtorno do Espectro Autista venham a ter prioridade, para que não venha a acontecer

de ficarem sofrendo diariamente, tendo essas demandas que vêm trazer esse tipo de situações para dentro das nossas escolas. É com esse sentimento que também eu venho, através desse projeto de lei sobre o autismo, parabenizar a nossa prefeita Emília por lançar o bloquinho “Inclua Eu”, com a Secretaria de Inclusão Social, dando um show de inclusão e acessibilidade. Vai acontecer agora no sábado, no bloco do Rasgadinho, quando haverá essa apresentação da inclusão, dando acessibilidade a essas pessoas, trazendo para o Carnaval, enriquecendo também a nossa cultura. No mais, é isso. Muito obrigado, presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Eu queria convidar agora o vereador Sargento Byron para assumir a presidência, pois eu vou fazer uso do Pequeno Expediente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

Com a palavra, o vereador Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – ORADOR

Bom dia, excelentíssimo senhor presidente em exercício. Bom dia aos vereadores e vereadoras desta Casa, aos servidores que estão aqui, ao povo de Aracaju que nos acompanha nessa manhã através da galeria, da TV Câmara. Bom dia a todos. Na última semana, eu assisti a uma matéria, li uma matéria que me deixou extremamente intrigado. A matéria dizia que o ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, anulou todos os atos processuais praticados pelo ministro Sérgio Moro na ação judicial da Operação Lava Jato, que condenou o então ministro da Fazenda e da Casa Civil Antônio Palocci. O que me deixou mais intrigado, vereadores, foi o argumento usado pelo ministro Dias Toffoli. Ele disse o seguinte: “Essa situação evidencia a mistura da função de acusação com a de julgar, corroendo-se as bases do processo penal democrático. Diante da atuação conjunta e coordenada entre o magistrado e o Ministério Público, não se pode falar em processo criminal propriamente dito, até mesmo porque não há defesa possível no ambiente retratado nesses autos e nem há contraditório ou devido processo legal”. Quando eu li essa notícia, eu fiquei abismado. Eu falei: “Não é possível que essa notícia venha da mesma corte”. Não é possível que esse fundamento venha do Supremo Tribunal Federal, com o ministro dizendo que no caso de suspeição do ministro Sérgio Moro — porque, nesse caso, ele orientou a procuradora da República responsável a fazer uma capacitação — não era

possível o devido processo legal, e ele anulou todos os atos processuais. É importante lembrar que a Operação Lava Jato, vereador Sargento Byron, condenou 285 pessoas, recuperou 13 bilhões para os cofres públicos decorrentes de corrupção e foi uma operação totalmente anulada por vários motivos. Um dos motivos foi a suspeição do ministro Sérgio Moro, porque ele tinha uma relação com a Procuradoria da República e existia interesse pessoal na situação. Quando eu li essa notícia, vereador Lúcio Flávio, e eu fui olhar o suposto inquérito do golpe, a minha cabeça entrou em parafuso, porque eu falei: “Espera aí, nesse caso, o ministro-relator está anulando os atos processuais dizendo que não era possível a defesa, que não era possível o processo democrático criminal complementar, o contraditório e a ampla defesa, porque o juiz trouxe uma orientação. No caso do golpe, do inquérito do golpe, do suposto golpe, em que o ministro Alexandre de Moraes foi o titular de toda a investigação, de todo o inquérito policial; ele foi o titular no acordo de delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid. Ele colheu o depoimento, ele ameaçou a família, e disse: “Se você não falar a verdade, eu vou prender seu filho, eu vou prender sua mãe, eu vou para cima da sua família, de sua mulher, de todo mundo”, e ele é o responsável em julgar a ação. Escute uma coisa: nós não estamos falando de um caso em que um juiz conversou com um procurador para discutir a situação, como foi o caso de Sérgio Moro. Nós estamos falando de um inquérito em que o próprio ministro foi o titular de toda a investigação, foi o titular do colhimento de depoimento da delação premiada, ele é responsável em julgar. Será que a mesma corte vai ter coragem de repetir a mesma decisão? Será que a mesma corte vai ter coragem de dizer que nesse caso não tem a possibilidade da ampla defesa e do contraditório? Porque, se no caso de Antônio Palocci o processo foi anulado porque não existia possibilidade de contraditório e de ampla defesa diante daquela situação, imagine nesse inquérito do suposto golpe, em que o ministro orquestrou toda uma paramentação para poder prender quem era de interesse dele. Olhem que não estou aqui nessa manhã entrando no mérito das provas do suposto golpe. Eu estou falando apenas de regras processuais. Como é que a gente tem um processo que foi anulado por um motivo tão simples e, nesse caso esdrúxulo em o juiz é procurador da República, é tudo, é ministro? O que vai acontecer com nosso país? Quero trazer nessa manhã essa reflexão para os colegas, para os operadores do Direito, e dizer o famoso ditado popular: eu espero que o pau que deu em Chico dê em Francisco também. Muito obrigado! Que Deus abençoe todos!

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

Pela ordem, a vereadora Selma França.

SELMA FRANÇA – PSD – PELA ORDEM

O vereador Bigode pede para justificar a ausência dele porque ele está na comunidade resolvendo um problema. Está bom?

SARGENTO BYRON – MDB – PELA ORDEM

Senhor presidente, também o vereador Fábio Meireles avisou que está em agenda externa e assim há a impossibilidade de estar aqui nesse momento.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Com a palavra, a vereadora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – ORADORA

Bom dia a todas e todos. Bom dia a quem está aqui nos acompanhando nessa manhã de hoje, às assessorias, a você que está nos acompanhando aqui nesta terça-feira. Aqui quem fala é a vereadora Professora Sonia Meire. Vou começar pela minha autodescrição. Sou uma mulher de estatura média, cor de pele branca, tenho os cabelos tingidos de roxo, uso óculos vermelhos. Estou hoje com um vestido azul de bolinhas douradas e brancas e um blazer de cor ocre. Nessa manhã de hoje, pelo curto espaço de tempo que nós temos para tratar com mais detalhes vários temas que têm chegado a nós, da saúde, da infraestrutura, eu quero me deter aqui a uma questão que a população vem acompanhando e que ainda não está totalmente resolvida: a contratação em caráter emergencial das empresas que recolhem os resíduos na nossa capital. Nós sabemos que os problemas de terceirizações são antigos, desde a década de 60, passando pelos anos 80 com maior aprofundamento. Temos, hoje, em várias capitais, nas cidades brasileiras — em Aracaju não é diferente, no estado — um processo amplo e irrestrito de terceirizações. É o *modus operandi* que o estado resolveu fazer para entregar aquilo que é seu dever fazer diretamente às empresas privadas. Existem vários problemas que nós estamos identificando historicamente. Inclusive, quando eu entrei aqui, eu participei de audiência pública com o vereador Isac, contra a privatização do processo de saúde, lutamos contra a privatização da DESO, e estamos lutando a todo momento contra a privatização dos serviços que são essenciais à população. Então, a minha fala aqui hoje é em relação aos problemas que nós enfrentamos, exatamente porque a escolha do

método de gestão pública tem sido entregar os nossos serviços às empresas, com discussão da eficiência do serviço e a discussão da economicidade. Esse debate precisa ser feito a todo momento quando nós deparamos com os problemas. Sabíamos que a Torre tinha um contrato emergencial que esgotava no dia 19, que demitiu em torno de 1.300 pessoas. Sabíamos que no dia 20 não teríamos mais, se não tivesse outro contrato emergencial para poder realizar a ação. A cidade não pode ficar parada. Esse processo, desde que começou, veio eivado de problemas que levaram, inclusive, a uma ação agora do Tribunal de Contas, a pedido do Ministério Público, para fazer uma auditoria na própria EMSURB a respeito do contrato emergencial dirigido pela EMSURB. Esse é o fato que foi divulgado pela imprensa e que nós estamos acompanhando. Hoje, inclusive, eu estive no ecoponto para saber, porque na descrição do contrato não está lá o ecoponto, e a gente lê o contrato todo, como também não está a lista de preços na descrição, naquilo que foi publicizado para a população. Então, a transparência é fundamental, e nós localizamos a lista de cada item e os valores individuais por unidade em um processo que a Torre deu entrada. Então, eu não vou usar aqui, porque foi identificado em um processo que a Torre deu entrada. Eu quero sim, estou requerendo que a EMSURB apresente todo esse quadro para nós, e não pegar de processo de outras empresas, que inclusive já teve duas liminares negadas também. Então, é muito problema que nós enfrentamos, e aqui eu quero dizer o seguinte. A Torre também já passou por outros problemas judiciais, seus sócios todos responderam, foram várias pessoas indiciadas naquela época. Isso tudo é fruto de um processo de entrega dos nossos serviços às empresas terceirizadas, que acabam causando para nós a insegurança jurídica na atuação, geram, abrem possibilidade de corrupção, de troca, inclusive, de indicações de cargos, há superfaturamento, e quero dizer também que neste caso agora, como está sendo colocado aqui que houve uma diminuição inclusive dos valores pagos, é porque houve também uma diminuição da quantidade de carros, houve uma diminuição da oferta de determinados serviços; aparentemente não está no contrato essa diminuição, mas nós não sabemos qual foi o cálculo, qual foi a base legal para diminuir a quantidade de carros. Eu quero dizer que a cidade continua ainda com lixos acumulando em vários pontos, nós estamos recebendo várias denúncias, estamos fazendo as indicações e vamos continuar atuando, vamos continuar nos colocando sempre na defesa da oferta dos serviços públicos. Nós haveremos de caminhar para transformar o que hoje está terceirizado, entregue às empresas, que causa instabilidade, inclusive fere direitos constitucionais em relação aos trabalhadores e trabalhadoras, que

nós precisamos avançar com serviços 100% públicos e não entregar os nossos recursos às empresas privadas, que não nos dão garantia nenhuma da melhor oferta de serviço nem da garantia dos direitos trabalhistas. Sigamos firmes. Obrigada e um bom dia.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Com a palavra agora no Pequeno Expediente, a vereadora Selma França. Vai declinar? O vereador Sargento Byron.

SARGENTO BYRON – MDB – ORADOR

Bom dia. Bom dia, senhor presidente. Bom dia, vereadora Moana Valadares. Bom dia, vereadores e vereadoras. Bom dia, povo de Aracaju. Como sempre, antes da minha fala, faço minha autodescrição. Sou uma pessoa preta, usando um terno na cor cinza, camisa interna branca e uma gravata vermelha, uso óculos de grau transparente, cabelo preto, baixo, cortado, estilo militar. Ao fundo da minha imagem, há um painel ripado. Tenho 46 anos. Hoje, eu subo à tribuna para trazer um fato que aconteceu recentemente. Eu queria parabenizar o governo do estado de Sergipe pelo reconhecimento nacional do projeto de concessão parcial do abastecimento de água e esgotamento sanitário que foi finalista no prêmio P3C, ficando entre os três melhores do país, e recebendo menção honrosa pelos impactos e pela excelência. Entre os mais de 200 trabalhos concorrentes, Sergipe conquistou a segunda colocação, recebendo uma menção honrosa pelo impacto e pela excelência do projeto. Essa conquista não é apenas um troféu, mas um reflexo do compromisso do nosso estado com um dos setores mais essenciais para a qualidade de vida da população, que é o saneamento básico. Esse evento aconteceu, e Sergipe concorreu com outros projetos, com 200 projetos, e alcançou a segunda colocação. Foi vencedor e recebeu esse prêmio de menção honrosa. Lá foi evidenciada a capacidade que Sergipe tem da geração de empregos e também da geração de grandes negócios, não é? Consequentemente, a gente entende que hoje a ferramenta do emprego é a ferramenta que traz para a sociedade uma segurança, uma dignidade para o cidadão. Então, aqui eu queria parabenizar a agência Desenvolve Sergipe que foi a responsável pela apresentação desse projeto e que tem à frente o Milton, o Miltinho. Parabéns, Miltinho, e toda a sua equipe pelo trabalho desenvolvido na Desenvolve Sergipe e ao governador do estado que tem buscado fazer a diferença na geração de emprego e renda no nosso estado. Eu queria também parabenizar o governo do estado de Sergipe pelo último concurso realizado no final de semana, o concurso da polícia militar, cargo no qual passei 23 anos em atividade. Queria aqui ressaltar que a

nossa luta para a inserção das pessoas com deficiência nesse certame foi muito importante. Lutamos aqui para que viesse a ser contemplada no concurso a possibilidade de pessoas com deficiência participarem desse concurso, seja no de soldados do quadro PM zero, seja no de oficiais da polícia. Aqui eu deixo os meus parabéns ao governo, ao comando da polícia militar que cumpriu com a legislação e fez a reserva de vagas para as duas modalidades do concurso. Se eu tiver fala aí nessa semana, a gente vai falar sobre o aniversário da polícia militar, que acontece agora dia 29 de fevereiro. Senhor presidente, no mais, a minha fala é sobre isso. Quero agradecer essa oportunidade. Estamos de volta, viu? Vamos à luta.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Com a palavra, a vereadora Thannata da Equoterapia.

THANNATA DA EQUOTERAPIA – MOBILIZA – ORADORA

Bom dia, senhor presidente. Bom dia a toda a Mesa Diretora. Bom dia aos colegas vereadores e vereadoras. Bom dia a todos os que estão nos assistindo pela TV Câmara, a todos os que fazem esta Casa. Hoje, eu queria falar sobre dois projetos importantes que iremos explicar, inaugurar, vamos dizer assim, no início de março, depois do Carnaval. A equoterapia do Batalhão da Restauração sempre teve um cuidado não só com cada criança, cada adolescente, cada adulto, cada pessoa com deficiência, mas também, e principalmente, com as mães atípicas, os pais atípicos, porque eles têm uma sobrecarga diária incontestável e todos nós que acompanhamos sabemos disso. Então, pensando nisso, nós estamos lançando dois novos projetos, a Equoterapia do Batalhão da Restauração está lançando dois novos projetos. Um deles é o “Mães atípicas em movimento” que vai acontecer em todo o primeiro sábado do mês, com um aulão de funcional para essas mães liberarem toda a ansiedade, o estresse, um momento realmente de zelo, de cuidado com você, mãe atípica. O outro é o “Capacita Mãe Atípica”, com que nós ofertaremos cursos profissionalizantes para essas mães, porque por muitas vezes elas não têm tempo de ter um trabalho e também, às vezes, são impossibilitadas pelo fato de receber o BPC. Porque se você não sabe, mas, se você recebe o BPC, você não pode ter um trabalho de carteira assinada, porque senão você perde o benefício. Então, o “Capacita Mãe Atípica” vem justamente para influenciar essas mães a serem empreendedoras. Então, a gente vai ofertar cursos de corte e escova, unha em gel, design de sobrancelha, para que ali mesmo, na sua casa, na garagem de casa, você consiga ter uma renda extra que ajude nos custos que você tem tanto com o

seu filho quanto dentro de casa. A gente sabe o quanto é importante a gente influenciar e a gente ter esse olhar cuidadoso para as mães atípicas. Então, estão aqui oficialmente lançados os dois novos projetos, publicaremos nas redes sociais a partir da semana que vem. Saiba que o projeto “Cuidando de quem cuida”, que já existe há mais de dois anos dentro da equoterapia, tem esse olhar voltado; a gente oferta atendimento psicológico para essas mães. Então, agora nós estamos ampliando o leque e trabalhando em vários âmbitos para você, mãe atípica, porque a gente sabe o quanto você luta e defende os direitos do seu filho, e você precisa ter um olhar justamente para você, ter uma saúde mental em dias, porque você precisa estar bem para cuidar dos seus filhos. A gente já tem, na verdade, o atendimento psicológico. A gente oferta lá na clínica do batalhão, de forma totalmente gratuita, específica e exclusiva também para as mães atípicas. Então, a gente tem esse cuidado e a gente vai continuar tendo. Gostaria também de convidar e parabenizar. Ontem, eu estive lá no lançamento do bloquinho “Inclua Eu”, uma organização do Conselho Municipal das Pessoas com Deficiência, da Secretaria de Assistência e da prefeitura. Muito lindo, muito importante. O incrível também foi a logo que juntou todos os símbolos das pessoas com deficiência, festejando com o Carnaval. O Carnaval tem que ser assim, tem que ser festa, alegria para todas as pessoas. Então, é muito importante a inclusão e a acessibilidade das pessoas com deficiência no Carnaval, especialmente no Rasgadinho, pois vai ser um bloco que fará parte do Rasgadinho neste ano. Então, é muito importante porque a gente que luta pelas pessoas com deficiência — assim como o Sargento Byron aqui também presente — sabe o quanto é importante as pessoas com deficiência estarem inseridas na sociedade e não à parte dela. Então, já parabenizo aqui pelo bloquinho “Inclua Eu”. Convido os colegas vereadores. Será nesse sábado, com a concentração às 16 horas, mas o início às 17 horas. A concentração será ali na Drogasil da Hermes Fontes com a Edésio Vieira de Melo. Então, estão todos convidados. Tenho certeza que vai ser uma festa incrível e vai ser um show de inclusão e acessibilidade, com certeza. Eu acredito que, no mais, é isso. Então, nesta quinta-feira agora, nós teremos uma audiência pública aqui nesta Casa que falará sobre a importância do fevereiro roxo, porque no dia 28 agora é o Dia Mundial das Doenças Raras. Então, a gente antecipou, porque como é sexta-feira de Carnaval, a gente antecipou para quinta-feira. Então, o tema da audiência pública de quinta-feira é “O impacto das doenças raras mais do que você pode imaginar”, porque a batalha dessas pessoas não é só contra a doença. Aqui a gente vai explicar, justamente, eles vão

explicar a dificuldade e o que passam diariamente, para que a gente consiga ir em busca de soluções. Está bom? Muito obrigado. Um boa semana a todos. Que Deus abençoe.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Com a palavra, o vereador pastor Alex Melo, no Pequeno Expediente. **ALEX MELO – PRD – ORADOR**

Bom dia, senhor presidente. Bom dia a todos da Mesa. Bom dia aos meus colegas vereadores e vereadoras. Bom dia a todos os que nos acompanham aqui na galeria, pelas redes sociais. Quero desejar a todos uma ótima semana de trabalho para todos. Primeiro, eu quero falar com o vereador Maurício Pimentel para parabenizar Vossa Excelência pelo projeto de lei sobre o autismo. Ô, Maurício Maravilha. Sabemos que é uma causa muito delicada. Hoje, o autismo está crescendo a cada dia e nós temos também trabalhado junto com as mães que têm os seus filhos autistas. Temos procurado caminhar com essas pessoas. Então, eu fiquei muito feliz de ver o projeto que você vai colocar aqui nesta Casa. Pode contar com meu apoio. Nós vamos lutar por você também, junto com você, pelos autistas. Quero também aqui parabenizar o evento que aconteceu agora, na última semana, no sábado, dia 22 e dia 23, quando nós estivemos lá no shopping Riomar para ver de perto o evento que foi feito. Foi ali proporcionado pela prefeitura de Aracaju e pela Secretaria do Meio Ambiente, que promoveu ali a feira de adoção para os animais. Eu estive presente lá no domingo e conversei com várias pessoas. Fui lá ver os animais. Conversando ali com as cuidadoras dos animais, eu conversei com Sheyla. É muito triste quando a gente vê a situação em que se encontram as pessoas que cuidam dos animais, que têm as suas ONGs. Ela disse para mim que todos os dias, vereador Levi, tem que vender 20 tubos de pasta para conseguir comprar ração para os seus animais. Então, todo dia ela tem que seguir essa maratona, sair nas ruas para conseguir vender e poder levar ali a ração para os seus animais. Nós sabemos que é uma situação muito delicada das ONGs que nós temos visitado, nós temos acompanhado; há 3 anos que nós acompanhamos aqui a dificuldade. Mas a prefeitura já teve a iniciativa junto com a secretaria para poder mudar essa situação, porque nós não podemos deixar isso de lado; até porque a causa animal é uma causa também que envolve a segurança da nossa população, a saúde, porque quando a gente tem um animal na rua, vereador Levi, que está doente, aquela doença ali pode chegar até as crianças que vão ali tocar naquele animal. Mas nós vamos estar juntos nessa causa, vamos apoiar a prefeitura, vamos apoiar também a secretaria. Que tenhamos mais causas como essa,

feiras de adoção como essa, porque nessa última agora que nós tivemos, só apenas 32 animais foram adotados. Nós precisamos criar um hábito para que isso aconteça não só uma vez, mas mais vezes para que, então, a gente possa ajudar essa classe que tanto sofre, está bom? Então, era isso que eu queria falar para todos. Que Deus abençoe todos. Deus abençoe a Mesa. Deus abençoe os vereadores. Mais uma vez, uma ótima semana para todos.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Vereador Camilo Daniel com a palavra no Pequeno Expediente.

CAMILO DANIEL – PT – ORADOR

Muito bom dia, senhor presidente. Muito bom dia a todas as vereadoras, aos vereadores aqui presentes. Bom dia aos que estão na galeria, bom dia à assessoria aqui presente e bom dia, principalmente, para quem nos acompanha pela TV Câmara. O motivo de estar aqui hoje, senhor presidente, em primeiro lugar, é que eu estou vendo os companheiros aqui da comunidade quilombola Morro dos Negros, e eu aproveito aqui o momento para dizer o seguinte. Tivemos uma reunião na segunda-feira com o superintendente do INCRA daqui do estado de Sergipe e a companheira Eveline também. Deixo aqui a nossa mensagem. É preciso que o governo federal decrete com urgência esse território quilombola. Assim como esse território quilombola, nós temos nove territórios quilombolas aqui no estado de Sergipe que estão na mesa da Casa Civil para serem decretados. É fundamental que o governo federal decrete, para que as políticas públicas comecem a chegar para essas comunidades, para esses territórios. Mas o motivo de estar aqui hoje, nesse Pequeno Expediente, é para falar mais uma vez sobre a situação do transporte público na cidade de Aracaju. Eu, vereador Maurício, tenho muita indignação com relação a isso. Ontem, recebi uma informação. Eu ia inclusive colocar isso aqui como print, mas eu não vou fazer isso agora. Em dias de segunda e de quarta, na garagem da Progresso, são feitas contratações por diária de motorista. Você imagine. Quem mandou para mim mandou assim: “Camilo, não existe mais CLT, não existe mais Constituição Federal não?” Rodrigo Fontes, onde existe motorista a receber por diária? É no valor de R\$ 112,00 a diária desses motoristas. Isso aqui é um absurdo e a maior vergonha para a cidade de Aracaju. Mais grave ainda, pastor Alex, são essas empresas receberem mais de 50 milhões de reais, 50 milhões. Quarenta milhões, vereadora Moana, são de subsídios por conta do valor da passagem de ônibus, mais R\$ 10 milhões que são de subsídio para pagar a gratuidade de PCDs e acompanhante.

Então, não existe essa história de que o transporte é caro porque a passagem é cara, porque tem muita gratuidade. Não existe isso. O trabalhador paga sua passagem. As gratuidades são pagas pela prefeitura com lei aprovada aqui nesta Casa, no valor de mais de 10 milhões de reais. Você tem ainda assim 40 milhões de reais. Imagine o tamanho da caixa-preta. Quarenta milhões de reais são destinados para essas empresas oferecerem um transporte carroça aqui na cidade. Já vi aqui vários vereadores falando de ônibus que fica quebrado no meio... Hoje, eu recebi umas quatro mensagens de ônibus quebrado na Coroa do Meio, ônibus atrapalhando o trânsito aqui na Hermes Fontes. Na semana passada, ou foi retrasada, eu mesmo vi uns três aqui na cidade. De um deles eu fiz um vídeo aqui na Hermes Fontes. Então, veja. Eu acho que a gente está em uma encruzilhada aqui nessa cidade, a gente está em uma encruzilhada. Eu não entendo por que a prefeita Emília, vereador Isac, líder Isac, eu não entendo por que o sistemão da Torre para a prefeita Emília é afastado do sistema, mas o sistemão da Progresso, continua; porque isso é um sistemão, cara. Isso aqui é a maior contradição que existe. Eu torço, eu estou falando isso porque eu torço pelo bem, inclusive, da gestão; porque se fizer o bem, a sociedade melhora, a cidade anda melhor, as coisas funcionam, o serviço público chega para todo mundo. A maior vergonha do mundo é que são mais de 50.000.000,00 de reais serem colocados para a empresa que não tem uma certidão. Então, eu acredito que em breve vem para a pauta aqui o veto da prefeita Emília ao nosso projeto de lei. Já dialoguei com alguns vereadores, vou intensificar o diálogo com os vereadores, pedir o voto. Eu acredito muito na derrubada desse veto. Acredito porque todos os vereadores aqui sabem e sentem muito o que é que a população fala do transporte público dessa cidade. Mais uma vez, para concluir: é inadmissível que tudo isso ainda seja com o dinheiro público. São 50 milhões de reais em cheque em branco para essas empresas. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Agora, nós teremos o início do Grande expediente. O primeiro orador do Grande Expediente é o vereador líder da base da prefeita, partido União Brasil, o vereador Isac Silveira.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – ORADOR

Obrigado, obrigado, meu caro presidente em exercício Pastor Diego. Vereador Camilo, o senhor me cutucou, mas eu entendo. Eu vim aqui falar sobre o Rasgadinho, sobre o bloco “Inclua Eu”, mas como o senhor, no bom sentido, me cutucou com essas

afirmativas, eu vou aproveitar para debater um pouco sobre esse assunto com Vossa Excelência. Nas cidades do Brasil que decidiram não subsidiar transporte público o sistema faliu. O governo Federal, Moana, não quer fazer o repasse de recursos para subsidiar o transporte coletivo público. Passou na pandemia um pequeno recurso, mas de lá para cá, desde de FHC, Lula, Dilma, Bolsonaro, a gente não conseguiu. O então deputado federal Jackson Barreto insistia muito nessa tese de que é preciso subsidiar o transporte coletivo das cidades. Algumas cidades do mundo afora fizeram isso e algumas até quase encerraram o valor da passagem. Porque quando você põe na conta os valores dos insumos, pneus, o óleo diesel, toda essa estrutura, o valor de uma passagem Centro/Mosqueiro não é suficiente, porque a Zona de Expansão é uma zona de baixa densidade demográfica, uma área grande, com uma população bem menor do que em algumas áreas, alguns bairros de Aracaju. Então, o sistema não se sustenta mais, baseado apenas no valor da passagem. Então, o que é que nós já debatemos nesta Casa aqui na legislatura anterior? É preciso subsidiar, a União não quer subsidiar. Então, o estado tem que ajudar e a prefeitura também. Nós fizemos esse debate aqui. Alguém pode me trazer um pouquinho de água, por favor? De água. Nós fizemos esse debate aqui muito honesto, muito sincero, no governo a que eu fiz oposição, o de Edvaldo Nogueira. É preciso subsidiar sob pena de nós termos uma passagem elevada e um serviço péssimo. Mas é um tema muito sensível para todos nós. Para o senso comum, nós estamos pegando recursos do povo e entregando de graça às empresas. Esse subsídio não é para as empresas. É para compensar o uso, o valor da passagem por passageiro. Então, ele não faz o filtro por empresa, por situação financeira ou por qualquer outro aspecto. O filtro é: quantas pessoas utilizaram os ônibus daquela empresa? Então, se eu aparto alguma empresa por conta das suas condições tributárias, a gente está cometendo um crime. Porque você não aprovou uma lei com essa perspectiva. Foi esta Casa que aprovou a lei. O senhor fez um projeto tentando reconstruir centralmente a ideia da lei que nós aprovamos aqui para subsidiar as empresas. Ele tem um apelo social interessante. Não podemos subsidiar empresa que não paga os encargos sociais, que não paga os direitos trabalhistas. Está correta a ideia, mas o âmago da lei não é esse. O âmago da lei é compensar a empresa para que não haja o aumento do valor da passagem. É uma equação, simples assim. Aí o seu projeto tenta fazer justiça social. Então, traz a sociedade a seu favor, mas é capenga. Porque que ele é capenga? Porque no cerne no projeto, no cerne da lei não está previsto isso. Então, veja. A empresa Modelo também tem dívida, não vai receber. A empresa Progresso, a viação

Paraíso tem dívida, não vai receber. A empresa Atalaia é a que tem um equilíbrio melhor, porque tem capilaridade em outros estados, em outras cidades; vai receber. O senhor vai quebrar o sistema. É porque eu acho bonito que tenha ônibus velhos? Não, eu acho um absurdo. Agora isso está aí há décadas. Foram oito anos de Edvaldo Nogueira com esse transporte carcomido, deteriorado, chamado lata de sardinha. Eu ouvi poucos gritos desta Casa. Tinha um vereador que falava muito sobre isso, que era o vereador Ricardo Marques, mas de política pública efetivamente eu conheço poucas ações. O primeiro gesto do prefeito Edvaldo Nogueira foi em 2023, “vamos remontar o consórcio”. Então, veja. Atribuir à prefeita Emília irresponsabilidades, dizer que ela colocou de forma pouco, de forma irresponsável mesmo, não tem outra palavra. Vai conceder R\$ 1,50 às empresas sem obrigar... Você acha mesmo que esse subsídio tem um condão de transformar as empresas em empresas competentes, com boas instalações de transporte? Não vai fazer isso. A ideia é que na licitação consigamos fazer isso. Por que não houve a licitação? Porque o senhor Edvaldo Nogueira fez uma desgraceira que foi atacada pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas e pelo Judiciário. Então, a herança maldita, desgraçada que a atual gestão recebe vai ser enfrentada com dificuldade na licitação, mas não está sendo enfrentada efetivamente na questão do subsídio. Bom, eu não vou votar em subsídio, sou contra. Alguns fizeram, tudo bem. É uma linha de raciocínio. Eu não compreendo transporte coletivo sem subsídio. São Paulo gasta 4 bilhões por ano, 4 bilhões por ano com subsídio. Roma subsidiou o transporte. Então, veja. Criar critérios para se repassar o subsídio... Certo, vou lhe passar a palavra. Agora, a lei que cria subsídio não tem esse condão. Reparem. O senhor está emendando uma lei que não fala disso. Ela não fala disso. Eu lhe concedo um aparte.

CAMILO DANIEL – PT – APARTE

Vereador Isac, veja. Eu acho que em nenhum momento o debate aqui é não subsidiar, certo? O subsídio existe, é lei, foi aprovada aqui nesta Casa. Eu votei contrário, a Professora Sonia Meire também votou contrário na época. Eu votei contrário porque o entendimento, Rodrigo Fontes, na época... Eu disse o seguinte: “Se tiver uma emenda aqui dizendo que garanta com recurso do subsídio pagar o salário de quem deve, eu voto a favor. Tem que ter alguma compensação social. Alguma.” A realidade em 2023 era a seguinte: tinha empresa aqui que devia três meses de salário atrasado, três meses. A realidade de hoje continua três meses mais dois décimos

terceiros, e tem trabalhador que não recebe seis férias. Então, veja, eu estou falando aqui de uma outra coisa. Veja! O subsídio, você volta a um tema, é uma realidade em boa parte do país. Mas nessa boa parte do país, o que é subsidiado é correspondido, por exemplo, ou com a gratuidade em dia de domingo, ou com passe livre para estudante, ou com gratuidade em tais horários, ou com a diminuição da passagem de ônibus. São Paulo, por exemplo, coloca mais de 5 bi em subsídio. Em Aracaju, a gente chega a 50 milhões de reais, só Aracaju. Então, a questão dessa lei não é não subsidiar. Eu acho que é importante ponderar isso, não é não subsidiar. A lei existe. Ela é clara, está lá, está criada a lei de subsídio. A questão é: qual é o critério para a empresa receber? Eu estou vendo aqui, por exemplo, o vereador Levi, que atua em um ramo que faz prestação de serviço. Qual empresa é contratada se não tem certidão? Eu acho que essa é a questão. Porque, veja! Funciona com uma ordem de serviço precária, não tem licitação, como Vossa Excelência mesmo sabe. Agora, a questão colocada é: vai sair dinheiro público assim, 50 milhões de reais, a toque de caixa, desse jeito, para qualquer empresa, sem nenhuma contrapartida social, com ônibus que quebra todo dia, ônibus que não tem nem licenciamento, com salário que não é pago? Não é uma coisa que a sociedade quer. Não é uma coisa que gera só justiça social porque o projeto é bom e tal. Inclusive, o senhor votou a favor. Não é só por isso. É por uma questão muito simples. Muito simples. Infelizmente, a gente tem, como eu disse, um empresário ou alguns grupos empresariais aqui da nossa cidade que utilizam isso como cheque em branco. Onde está o dinheiro? Ninguém sabe. É preciso que o Ministério Público Federal entre com a ação, por exemplo, para que... Final. É preciso que o MPF entre com a ação para conseguir tirar “na boca do caixa” o dinheiro para pagar salário. Isso não existe.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – ORADOR

Mas, meu amado, é que você está falando de uma outra coisa. Esse é o erro de se apresentar um projeto que na prática é uma emenda a algo que foi aprovado sobre o subsídio aqui. O senhor poderia dizer nesta Casa que fica proibida a empresa que tem essas condições, que tem dívidas trabalhistas, das condições sociais, a atuar no sistema de transporte de Aracaju. Aí é outra coisa. Mas o senhor utilizar o subsídio para fazer esse filtro? O senhor não vai conseguir, porque ele não foi pensado nessa lógica: subsidiar para pagar encargos sociais, subsidiar para que haja uma melhor frota. Não é pensado assim. Ele é para compensar o valor da passagem, e na medida em que

ele compensa, as empresas têm condições, o equilíbrio financeiro, para ter estrutura e adicionar. Esse é o pensamento. Então, a gente vai ter que rediscutir aqui a tese de subsídio. Como está pensada hoje é compensação por pessoa. Tanto é que quem transporta mais pessoas, recebe mais. Se a Atalaia transporta mais, ela recebe mais do que a Progresso, do que a Modelo. E ninguém reclama. Porque a tese é a compensação por passageiro. Vou conceder um aparte ao vereador Lúcio Flávio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – APARTE

Obrigado, vereador Isac. É apenas para registrar que é uma discussão extemporânea, tendo em vista que essa é uma discussão que foi superada, as regras foram estabelecidas por esta Casa, pelos vereadores que hoje e outrora participaram desse debate. Acho que você foi muito feliz, pois esse é um debate que não é ideológico, não é de situação, oposição, é um debate matemático, quem transportou mais e está contratado pela gestão passada para prestar esse serviço está recebendo mais; quem tem mais frota, quem tem mais passageiro recebe. A origem disso está sendo sanada, como Vossa Excelência já falou, com o processo licitatório a ser deflagrado. Renunciou-se a um processo em que os órgãos fiscalizadores identificaram falhas e vícios e está se apontando para a solução. A solução disso não é tratar do subsídio que já foi pacificado nesta Casa pelos vereadores de outras legislações passadas. A solução para isso é o que a gestão atual está fazendo, resolvendo uma licitação que fora questionada pelos órgãos fiscalizadores e apontando para uma nova licitação. Então, eu quero agradecer o aparte cedido por Vossa Excelência, e dizer que isso é uma discussão extemporânea que já foi pacificada por aqui.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL - ORADOR

Veja, eu tenho certeza de que nós precisaremos de alguns momentos mais amplos para discutirmos esse assunto. Eu sei que, respeitosamente, no inconsciente coletivo, se tem uma raiva sobre as empresas de ônibus. Correto. Humilha as pessoas, sabe, é um vitupério, uma ignomínia, é humilhar literalmente o cidadão. Agora, eu vou repetir a tese central: não resolve nessa perspectiva de subsídio. Então, eu posso fazer um apelo aqui, político, que soe bem lá fora, mas eu digo uma coisa para Vossa Excelência: o remédio pode matar o paciente. Se a empresa que tem um desequilíbrio financeiro não tem acesso ao subsídio, aí é que ela não vai pagar mesmo. “Ah, ela pode receber e não pagar?” Pode. Por mau-caratismo melhorou as contas e não pagou. Mas o inverso é a verdade absoluta? Qualquer uma delas que não tiver a compensação do

subsídio pode ficar tranquilo, meu amado, pode ficar tranquilo: já não paga, aí é que não vai pagar mesmo. Então, a gente tem que fazer o seguinte raciocínio: vamos discutir subsídio sob a nova perspectiva. Mas, entenda isso. Isso está no bojo da licitação. Quero pedir desculpa ao professor Iran e à Professora Sonia, porque se eu concedesse aos senhores três minutos, eu não teria como replicar. Então, taticamente eu não fiz isso. Obrigado, querida. Mas tenho muito respeito por Vossa Excelência. Um abraço forte, fraterno.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Com a palavra, o vereador Levi Oliveira, no Pequeno Expediente. Perdão, no Grande Expediente.

LEVI OLIVEIRA – PP – ORADOR

Muito bom dia a todos. Muito bom dia ao senhor presidente. Muito bom dia, caros colegas vereadores, servidores desta Casa, imprensa, todos os que estão participando como convidados, nossa TV Câmara que tanto contribui para o nosso mandato. Primeiramente, parabenizar a polícia militar de Sergipe pela linda exibição que foi feita no Shopping Riomar, onde foi mostrado todo o efetivo da polícia, todas as áreas de atuação. Tivemos exposições e apresentações da polícia ali naquele shopping. Todos os cidadãos que estavam passando por ali puderam ter contato com a polícia militar, com tudo o que é realizado pela polícia, e uma aula realmente do que a polícia é capaz de fazer. Ali a pessoa teve acesso a isso. Então, meus parabéns à polícia militar do Sergipe por todo esse empenho em mostrar à sociedade realmente qual o seu ramo de atuação e como é bem feito. Parabéns pelos índices cada vez menores que estão sendo apresentados em nossa segurança cada dia melhor no nosso estado. Parabéns também a todos os bloquinhos que aconteceram nesse final de semana, com diversas áreas de atuação, em diversos bairros. Teve uma matéria que falou que mais de 30, Vereador Camilo, mais de 30 bairros tiveram bloquinhos de rua, geração de emprego e renda, muitas pessoas se divertindo. Ou seja, fico feliz, fico feliz porque, realmente, as pessoas estão ali tirando o ganha-pão para levar para suas famílias, para sua casa, e mostrando realmente que a gente pode fazer o melhor. Por falar em geração de emprego e renda, eu vou entrar aqui agora no tema. Estive no evento do governo agora pela manhã, o Pacto Pelo Emprego. Desde já, parabenizo o governo do estado de Sergipe, o governador Fábio Mitidieri, o secretário do trabalho Jorge, e o secretário adjunto Rafael Melo, por todo o trabalho que está sendo realizado com relação ao emprego gerado no estado do

Sergipe. Trago aqui alguns números que foram apresentados lá no evento e que mostram que uma das áreas de atuação, o turismo, está sendo bastante movimentada no nosso estado, com eventos sendo realizados por parte do governo do estado, ações. Falando de turismo, parabenizar o nosso secretário municipal do turismo Fábio Andrade. Tive uma conversa muito boa com ele ontem, uma conversa que mostra realmente que o turismo é o caminho para a movimentação de emprego e renda no nosso município. Estão sendo encaminhadas cada vez mais ações que vão contemplar todos os bairros de Aracaju, seja no Mosqueiro, seja na Zona de Expansão, seja no Santo Antônio. Eles vão fazer uma diversificação de trabalho no turismo, para que possa contemplar toda Aracaju, isso aí é de suma importância. E falando de turismo, o governo trouxe mais de 300 voos extras na alta temporada. Nunca fomos tão procurados como destino turístico no estado de Sergipe. Isso é muito importante, pessoal. Mais um dado que diz aqui que reduzimos a taxa de jovens que nem estudam e nem trabalham, os famosos nem, nem: de 33,6%, em 2022, para 30,4%, em 2023, em apenas um ano. Isso é só o começo do trabalho que o governo está realizando para diminuir as taxas de desemprego do nosso estado. Com relação ao nosso comércio, parabenizar desde já a Fecomércio, o sistema S, por tamanha vontade de fazer o nosso estado melhorar. Foram firmadas parcerias hoje para cada vez mais geração de emprego e renda, ou seja, mais qualificação profissional, com o Senac levando cursos em gratuidade para todos os municípios de Sergipe, seja no Sertão, seja no Baixo São Francisco, trazendo realmente cursos para qualificar a população, para que a gente tenha uma mão de obra cada vez mais qualificada. E isso é um tema muito importante. Desde já, parabenizar doutor Marcos Andrade e todo o sistema S pelo trabalho que está sendo realizado. E falando do comércio varejista ampliado, líder no ranking nacional de crescimento de receita nominal, 3,7% em alta. Menor taxa de desemprego da história. Isso é um dado muito importante realizado pelo governo do estado de Sergipe, que alcançou um índice de 8,4% na taxa de desemprego, um dado que já chegou a ser 15% de desemprego no nosso estado; alcançamos o menor índice de 8,4. Destacar também que foram alcançados em novembro passado 344.524 postos de trabalho formais, o maior estoque de emprego da história de Sergipe. Dado muito importante também levantado pelo estado de Sergipe, com relação à agricultura do nosso estado, a maior safra de milho nos últimos 12 anos. Somos o quinto maior produtor de laranja no Brasil e o segundo maior do Nordeste. Nosso amigo Rodrigo entende muito bem disso, entende realmente a necessidade de ter uma agricultura forte. Concedo um aparte ao vereador Rodrigo.

RODRIGO FONTES – PSB – APARTE

Queria, vereador Levi, parabenizar. Eu queria também ter ido lá a esse evento do governo hoje. O governador Fábio Mitidieri tem se preocupado muito com a economia do nosso estado. O banco do estado de Sergipe atingiu os maiores índices de lucro de toda a sua história. Está fomentando o setor agrícola, o setor agropecuário. Sergipe hoje é um dos maiores estados produtores de milho, proporcionalmente do Brasil, de laranja. Isso a gente deve muito ao trabalho forte que o banco do estado de Sergipe vem fazendo no agronegócio sergipano. É um governador que se preocupa não apenas com segurança, mas também com educação, com saúde. A agricultura é quem leva a bolsa do Brasil, é quem segura a economia nacional. E o governador de Sergipe vem fazendo um trabalho muito bonito fomentando a agricultura no estado de Sergipe. Eu queria parabenizar o governo, parabenizar Vossa Excelência por esse pronunciamento. Queria muito ter ido lá a esse evento, mas por questão de outros compromissos não pude ir. Parabéns, vereador!

LEVI OLIVEIRA – PP – ORADOR

Obrigado, Rodrigo. Falando de banco, foi firmado um convênio entre o Banco do Nordeste e o sistema S também, um tema muito importante, pois os alunos hoje são qualificados e, quando acaba o seu curso, fica aquele dilema: agora, vou investir, vou empreender. O Banco do Nordeste se comprometeu a gerar um crédito para esses alunos que se formaram e que querem empreender, abrir seu próprio negócio, desburocratizando. Isso é muito importante para que as pessoas que querem realmente abrir o seu próprio negócio, fazer o seu comércio, fazer o seu serviço, tenha ali o crédito já pré-aprovado. Se é aluno do Sesc, foi formado no Senac, no Sesc, e teve o seu estudo realizado lá, já desburocratiza muito isso; o Banco Nordeste já vai dar o crédito para que eles possam realmente tocar seu negócio, fomentar cada vez mais a geração de emprego no nosso estado. Esse tema é muito importante. Então, é o que eu trago para vocês hoje. Desde já, parabenizar, mais uma vez, o governo do estado de Sergipe por essa iniciativa. Vamos trabalhar por um Sergipe e por uma Aracaju com índices de emprego cada vez maiores, gerando mais renda. Então, meu muito obrigado! Deus abençoe todos.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Com a palavra, no Grande Expediente ainda, o vereador Lúcio Flávio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – ORADOR

Excelentíssimo senhor presidente Ricardo Vasconcelos, a quem cumprimento em nome de toda a Mesa. Excelentíssimos senhores vereadores, meus colegas, assessores, imprensa, munícipes na tribuna e na TV Câmara, servidores da Guarda Municipal. Quero saudar todos neste dia, começando o meu pronunciamento, dirigindo-me à população do bairro São Conrado. Notícia boa para a população do bairro São Conrado. Estou feliz. Fui convidado para conhecer a unidade de saúde através da liderança do Edilson. Faz parte do nosso time. Identificamos que a unidade de saúde do São Conrado fora unificada com a do Orlando Dantas. Isso estava gerando transtornos para população do bairro São Conrado, vereadora Moana. Em reunião com a secretária de saúde, a Dra. Débora, está firmado o compromisso de devolver a unidade de saúde para o bairro São Conrado. Uma notícia excelente. A secretaria já está à procura do imóvel para fazer em curto prazo, o mais rápido possível, a devolução desta unidade de saúde para aquela população. De igual modo também, estive ali no Dom Luciano, no Moema Meire, e a população da mesma forma reclamava que a unidade de saúde dali havia sido demolida e transferida temporariamente para o bairro Santos Dumont. Ora, o Santos Dumont estava com duas unidades de saúde e aquela região ali estava desabastecida. A secretária Débora confirmou que buscará um imóvel ali naquela região para devolver para àquela comunidade a unidade de saúde. Duas grandes notícias para essa população dessas regiões a quem eu quero agradecer imensamente a boa vontade e o gesto da secretária Débora, a quem parabeno. Ela estará aqui na Câmara, na próxima quinta-feira, senhores vereadores, prestando contas aí do último quadrimestre, não da gestão dela, mas da gestão passada, assim como cumpre o regramento da pasta dela. Eu quero também sinalizar que eu estive no bairro Bugio, e lá estive observando as demandas do mercado municipal, de quadra, de campo, de praça, vereador Levi, e já estamos levando para a prefeitura; já começamos a receber elogios da nova coleta dessa nova Aracaju. Já falei do Bugio, já falei do Moema Meire, já falei do Orlando, do São Conrado. Agora, quero me dirigir aqui aos moradores do bairro Jabotiana. Alô, Pedrinho da Lava Jato! Em entrevista com a prefeita Emília, ela firmou um compromisso para estudarmos o pedido, vereadora Moana, da população daquela região que fica ali por trás da UBS Madre Tereza de Calcutá, ali na rua do Horto, na avenida escritor Graciliano Ramos, que fica ali, começa ali no condomínio Vila Verde Jabotiana. Há um sonho de se colocar um calçadão ali e a prefeita Emília se comprometeu, junto comigo, a fazer um estudo para viabilizar ali um calçadão. Outro compromisso da prefeita Emília. Alô você que é taxista. Eu e a prefeita Emília estamos

estudando um projeto para consolidar que a frota oficial do município de Aracaju não seja a frota da locadora, mas sim dos taxistas, um projeto que o presidente Jair Bolsonaro implantou em Brasília chamado Táxi Gov, para diminuir os custos excessivos e altos de locadoras de veículo para manter a frota oficial do município com os taxistas de Aracaju. Então, você, taxista, para aquela nossa promessa de campanha, há uma sinalização da boa intenção da prefeita Emília de olhar para os taxistas da cidade de Aracaju, que outrora já sofreu aí pela divisão do mercado com os motoristas de aplicativo. Quero registrar para os colegas da Casa que o vereador César Leite, de Salvador, fará uma visita institucional a essa Casa, no dia de amanhã, tendo em vista que talvez alguns de vocês não saibam que pegou fogo na Câmara de Vereadores de Salvador. E aí, foram suspensas as atividades lá temporariamente, modificado o local do quórum. Mas pegou fogo, não foi briga não, é fogo literalmente, incendiou a Câmara de Vereadores de Aracaju. Lamento aí o ocorrido. O vereador César Leite, do PL. Eu falei o quê? Aracaju, não. Aracaju pega fogo de outro jeito. Mas, lá, foi fogo de verdade. Desculpe. Feito aqui o registro, agradeço aos colegas. Quero compartilhar com os colegas que a gente vai protocolar no dia de hoje a Frente Parlamentar em Defesa do Desenvolvimento Econômico de Aracaju, e eu convido os colegas para poderem fazer parte, para a gente fazer um trabalho parlamentar em conjunto, em cooperação para o desenvolvimento econômico de Aracaju. Quero, já me encaminhando aqui para o meio da minha fala, parabenizar o líder da prefeita Emília, o líder da gestão municipal, o vereador Isac, pela coragem de anunciar à imprensa o pedido da abertura de CPI para fiscalizar os recursos da SMTT, oriundos aí das multas sobre o povo de Aracaju. Para onde foi esse dinheiro? Quero parabenizar pela coragem e pelas próximas CPIs que ele anunciará, pelos pedidos que ele anunciará em breve. E queria pedir o primeiro vídeo aí, um que mostra um saldo de um pós-festa de um bloquinho de carnaval. Se for possível, coloque para os nossos colegas. (*Exibição de vídeo*). Aí, um munícipe de Aracaju apresentando o que ocorreu no pós-festa. Agora, eu queria que mostrasse o outro. Se possível, coloque o áudio do outro também (*Exibição de vídeo*). Aí, é o munícipe reclamando e, agora, a eficiência dessa nova Aracaju. A mudança tão rapidamente de uma situação pós-bloquinho para, logo em seguida, como ela amanheceu, a cidade limpa. Eu queria que mostrasse o depoimento de uma moradora do Bugio, por favor. A fala dela. Presta atenção, vereador. (*Exibição de vídeo*). Todo mundo encantado e elogiando. Ou seja, a população já está percebendo a mudança no serviço de limpeza de Aracaju. Eu acho que esse, vereadora Moana, é o melhor testemunho, o espontâneo, não

aquele testemunho encomendado, mas o testemunho espontâneo sobre o que está acontecendo com a mudança do serviço de limpeza de Aracaju. Através dessa imagem que eu quero fazer esse registro, quanto a todo esse barulho que a oposição está fazendo aí em relação ao serviço de limpeza de Aracaju. Eu queria perguntar: onde estava a oposição, os vereadores que tanto fazem barulho neste momento, nos sucessivos contratos emergenciais da Torre, do lixo, sem concorrência e com preços maiores? Alô, você da oposição, que está fazendo questionamentos nesse momento. Onde vocês estavam quando sempre foi feito com a mesma empresa, sem licitação, com valores maiores, essa contratação com a Torre, e agora, em uma contratação democrática, aberta, com vários concorrentes, baixou-se o preço? Eu já vi reclamar de superfaturamento, de preço caro, mas reclamar que o serviço modernizou e que baixou o preço é a primeira vez. Deve ser falta de pauta da oposição para poder reclamar de redução de custo. Eu quero reafirmar aqui para os colegas da Guarda Municipal de Aracaju que estão aqui presentes: como é bom a gente ter o fator tempo. O STF reafirmou o entendimento deste vereador, que no início dos trabalhos parlamentares apresentou o projeto, vereadora Thannata, da nova nomenclatura da Guarda Municipal de Aracaju para Polícia Municipal. Vejam, parece que o STF estava me ouvindo aqui na tribuna e, recentemente, reafirmou o entendimento de que a Guarda Municipal é, na verdade, uma Polícia Municipal, uma polícia metropolitana e, assim, a gente consegue a chancela institucional, com o carimbo do STF, de que o nosso projeto de chamar a Guarda Municipal como eles devem ser chamados, de polícia municipal, irá prosperar, e, por isso, eu conto com o apoio dos nobres vereadores. Eu quero já me encaminhar para o final, parabenizando a prefeitura de Aracaju pela valorização dos artistas sergipanos. Que coisa impecável foi o lançamento dos 170 anos de Aracaju. Vereador Levi, mais de 60% da programação feita com artistas sergipanos, algo que, por incrível que pareça, ninguém nunca viu. Algo óbvio, algo que a prefeita defendia quando era vereadora, mais de 60%. Vejam como ela foi democrática, todas as manifestações e expressões de arte, de cultura, de esporte e até religiosas, mesmo aquelas diferentes da própria prefeita, foram contempladas nesse evento em que ela aumentou, cumprindo uma promessa. Por não ter feito o festival de verão, aumentou o aniversário de Aracaju, uma programação completamente diversificada, pastor Alex, uma programação sem preferência ideológica; porque você apresentar um evento com dinheiro público, você não pode fazer disso um palanque ideológico, você não pode ter preferência política, e aí, nisso vêm os meus parabéns à prefeita Emília Corrêa por essa democracia, esse gesto

democrático de abrigar no guarda-chuva do festival dos 170 anos todo tipo de expressão cultural. Inédito! Ninguém nunca fez isso. De igual modo, para valorizar o artista sergipano, que não faz do palco um palanque de guerra política, como outrora nós vimos cancelarem o cantor Netinho aqui no bloco do Iate, um partido e uma ideologia a fazer isso, eu queria só que colocasse uma foto, porque a gente precisa valorizar o artista que não usa do palco como palanque político. Eu fiquei sabendo de que no bloco — eu não conheço esse bloco do Arnesto, parece, eu não sei se é do Arnesto ou Ernesto — ele, recepcionando dinheiro público do governo federal, estadual e municipal, utilizou-se desse recurso público para fazer uma propaganda ideológica e partidária. Agora, vejam. Além disso, um bloco que recebeu o dinheiro da prefeitura não deu a contrapartida da prefeitura porque não divulgou, nem fez menção de contrapartida da prefeitura, mas fez do governo federal, fez do governo estadual. Eu estou com o cartaz aqui, eu não sei se foi apresentado para a mídia esse cartaz, não sei se está com vocês, mas a gente viu que no cartaz consta governo federal, consta governo estadual, mas não consta a prefeitura de Aracaju. Recepcionou recursos em dinheiro da FUNCAJU, banheiros públicos da EMSURB, além da limpeza e da Guarda Municipal. E aí, eu queria fazer um apelo, artistas, que não permitam que se utilizem, para macular a imagem dos artistas sergipanos, do palco para fazer palanque político-ideológico. O palco é lugar de cultura, é lugar de arte. Lugar de política é aqui, é na tribuna do parlamento, é na Assembleia Legislativa, é no horário eleitoral; mas que a gente possa valorizar os artistas da nossa cidade sem permitir que aconteça esse tipo de mau uso do dinheiro público. Eu quero fazer um pedido à prefeita Emília e à FUNCAJU que solicite o esclarecimento desse artista que me parece que está, inclusive, programado para o aniversário de Aracaju. Se ele está recepcionando dinheiro público para fazer política partidária no palco, ou se é para entreter o povo de Aracaju. Eu peço à FUNCAJU, à prefeitura de Aracaju, que solicite esse esclarecimento, porque é importante que, recebendo dinheiro público, dê a contrapartida necessária. Eu quero encerrar. Peço que seja breve.

ELBER BATALHA – PSB – APARTE

Meu aparte é rapidamente só para lhe fazer um registro. Como Vossa Excelência falou que ele não fez menção, eu estava no bloco e, várias vezes, foi feita a menção ao apoio da prefeitura de Aracaju e da FUNCAJU. Realmente, o cartaz que Vossa Excelência mostra...

LÚCIO FLÁVIO – PL - ORADOR

É a ele que eu estou me referindo.

ELBER BATALHA – PSB - APARTE

Vossa Excelência falou que não fez menção. Lá no bloco, várias vezes, foram feitas menções ao apoio da prefeitura, da FUNCAJU, da SMTT, da Guarda Municipal. Eu estava presente, sou testemunha ocular e presencial disto. Agora, o cartaz, se foi desse jeito, está errado mesmo e eu clamo que não se repita dessa forma. Agora, a menção foi feita.

LÚCIO FLÁVIO – PL – ORADOR

Agradeço a concordância do vereador da oposição, que concordou que está errado fazer do recurso público bandeira político-partidária. Eu acho que se ele quer discutir política, o foro não é o palco. Deixe o palco para os verdadeiros artistas que não se utilizam dessa prerrogativa para poder fazer militância político-partidária e ideológica. Com isso, eu quero agradecer a Deus pela oportunidade, pois se encerra talvez aqui a minha fala no mês de fevereiro. Que todos tenham um bom festejo de feriado do Carnaval. Forte abraço. Fiquem todos com Deus.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vou pedir ao vereador Byron que assuma a presidência, para que eu faça uso da palavra.

RICARDO VASCONCELOS – PSD – ORADOR

Bom dia a todos e a todas. Cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso querido presidente em exercício Sargento Byron. Perdoem minha voz, já peguei outra virose, mas vou me recuperar também. Cumprimentar todos os colegas vereadores, colegas vereadoras, todos os que nos assistem na galeria, pela imprensa, na nossas redes sociais, cumprimentar nossos técnicos. Hoje, eu vou ser breve, mas gostaria de fazer uma fala chamando a atenção, meu querido Lúcio Flávio, meu líder Isac Silveira, para algumas situações que estão acontecendo na maternidade Lourdes Nogueira. Eu estou recebendo no dia de hoje e recebi no dia de ontem, vou receber outro grupo no dia de hoje e outro grupo amanhã para tomar pé da situação. Mas, Lúcio, a administração tem uma continuidade independentemente do prefeito que está aí. A administração não tem vontade. A administração pública tem que obedecer aos princípios da administração

pública que estão elencados na Constituição Federal. Muitas pessoas que estão na administração da nova prefeita ainda, talvez por falta de maturidade política, por falta de, às vezes, mais noção do que é administração pública, tem feito uma caça deliberada, nos órgãos, a pessoas só porque simplesmente foram nomeadas na gestão do prefeito Edvaldo Nogueira ou entraram no PSS com Edvaldo Nogueira. Não pode ser dessa forma. Vocês vão ver o índice de mortalidade infantil que está acontecendo agora em Aracaju. O que estão fazendo com os médicos neonatais, os neuros, os pediatras, o que estão fazendo com os profissionais dentro da Lourdes Nogueira. Vou tomar pé e não vou me calar, como vereador, como presidente desse parlamento, quanto ao que está acontecendo. Vou procurar Emília hoje, vou passar a situação para ela. Não é um, nem dois, nem três servidores da prefeitura que estão reclamando, e principalmente o pessoal que entrou com PSS. Sei que Emília não pensa dessa forma, sei que você não pensa dessa forma, mas tem muito doidinho aí solto na prefeitura de Aracaju em que a gente vai ter que botar o cabresto, que vai ter que botar na linha, porque isso aqui não é casa da mãe Joana não. Isso é uma falta de respeito com os médicos que estão ali por mérito. Isso é uma falta de respeito com os profissionais que entraram por concurso público, até mesmo com comissionados que entraram, mas que permaneceram porque são competentes. E tem muita gente, eu não sou de fazer discurso ideológico, mas tem muita gente que está metendo os pés pelas mãos com essas ideologias baratas, inconsequentes. “Ah, porque foi de Edvaldo. Ah, porque isso...” Não pode ser assim, não pode. A maternidade Lourdes Nogueira é um equipamento que está aí para servir o povo, independentemente de quem esteja aí, se vai ser Lúcio, prefeita Emília, Byron, Isac, quem quer que seja. Então, a gente tem que tomar cuidado com essas paixonites. A gente tem que tomar cuidado com esses arroubos, porque quem paga com essas disputinhas internas é a população que está na ponta e que vai ter o serviço comprometido. Não estou, Miltinho, fazendo esse discurso aqui porque eu tive um sonho ou acordei com as calças viradas, não. É porque, ontem, eu já recebi um grupo de médicos na minha casa. Vou receber outro hoje e vou receber outro amanhã aqui na Câmara. É até bom, porque vou chamar vocês na hora para vocês escutarem. Porque nós temos responsabilidade com o povo, nós temos responsabilidade com aquelas pessoas que mais precisam do poder público. E na hora em que eles precisam, chegam lá, está sem médico agora porque tiraram, porque não sei o quê, porque não sei o quê. Pelo amor de Deus! Um aparte ao vereador Elber.

ELBER BATALHA – PSB – APARTE

Meu querido presidente, parablenzo-o pela fala. Estava evitando tocar nesse assunto por entender que é um arroubo inicial de gestão. Mas, se tornou uma prática recorrente. Logo da chegada, vereador Iran Barbosa, da nova gestão, algumas pessoas me noticiaram que foi feita uma reunião na SEPLOG — Secretaria de Planejamento — por um gerente interno da SEPLOG. E a resposta, meu querido Camilo, que foi dada a essas pessoas, Byron, foi o seguinte: “Olha, vocês serão todos desligados, até porque vocês não podem, não estão aptos a trabalhar conosco, porque agora aqui temos pessoas de honra, pessoas verdadeiras, honestas, verdadeiros patriotas, e por isso vocês não se adaptariam a esse tipo de trabalho”. Para mim, isso não tem outro nome a não ser assédio moral. Não é porque o cidadão ou cidadã era comissionado que precisa passar pelo assédio, porque não tem outro nome, de ter que ser chamado no auditório para uma reunião e ouvir um despautério desse tamanho. E as práticas são recorrentes. Primeiro, exonerou-se todo mundo, é um direito, não estou discutindo isso. Quer exonerar, exonere todo mundo. Logo depois que viram a loucura que fizeram, começaram a chamar de volta alguns servidores, como chamaram os servidores dirigentes de postos de saúde, dirigentes da Secretaria Municipal de Saúde, da Secretaria de Ação Social. E essas pessoas foram chamadas com o seguinte discurso: “Vocês têm extrema competência e vão ser mantidas independentemente de vínculo político ou qualquer outra natureza”. Utilizaram-se dessas pessoas durante 30 dias, e depois saiu a exoneração novamente dessas pessoas, que receberam uma ligação em casa: “Não venha amanhã, porque você foi novamente exonerado ou exonerada”. Só eu conheço umas cinco pessoas que passaram por esse processo de serem chamados de volta. E quando foram chamados, poderiam ter a honestidade de dizer: “Precisamos que você passe o serviço para o substituto. Você está disposto a fazer esse sacrifício em nome da boa continuidade dos serviços públicos?”. E não ludibriar essas pessoas. Isso beira, para não dizer que é, assédio moral com esses profissionais, que merecem o mínimo de respeito da gestão e da prefeita Emília. E eu faço um recorte aqui, presidente. Para mim já passou da conta de dizer que Emília não sabe, porque, sinceramente, Emília já não está querendo saber das coisas do jeito e do tamanho que as coisas estão tomando.

RICARDO VASCONCELOS – PSD – ORADOR

É por isso que eu estou manifestando essa minha preocupação, Elber, porque você conhece muito bem Emília, e eu conheço. Nós não conseguimos imaginar uma

prefeita, ainda que não fosse Emília, qualquer ser humano como prefeito. Mas, em especial Emília, que é uma pessoa muito sensível, autorizando, endossando esse tipo de comportamento. Eu conheço agora mais recentemente o Lúcio. Também eu tenho certeza que o Lúcio não concorda e a Moana, que é mais o agrupamento político de Emília agora, e a gente sabe que eles não concordam, mas aí é que está o problema. Aí tem aquela turma que está atrás, que entrou agora, muito empolgada. Acha que sabe, que pode tudo, não conhece os limites, e começa a meter os pés pelas mãos. E quem está sofrendo com isso é a população.

SARGENTO BYRON – MDB

Presidente, um aparte, presidente.

RICARDO VASCONCELOS – PSD – ORADOR

Isac primeiro, depois Byron. Isac.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – APARTE

Obrigado, presidente. Certamente, com esse tema que o senhor levantou, o senhor fez premissas importantes e muito sérias. Primeiro, claro que Emília não tem esse perfil e nem nunca expressou nada nessa perspectiva de assédio moral contra os trabalhadores. Quem vai ao gabinete da Emília sabe da postura da prefeita Emília. Veja, eu reconheço e sei que certamente alguns novos secretários ou outros diretores possam e devam estar passando dos seus limites; tratei disso certamente com a própria prefeita Emília. Mas, quando se trata da Lourdes Nogueira, temos que perceber uma coisa. Houve um inchaço daquela máquina. Tinha que haver como comprovar um gasto de 7 milhões e 600. A última fatura foi 5 milhões e alguns reais, um corte de quase 2 milhões. A empresa que lá administra está desmontando uma parte da máquina para justificar a redução dos gastos; por isso que eu disse aqui que aqueles contratos com essa empresa, a TPS, não sei certamente o nome. E que pela falta de informação que não nos foi oferecida, precisamos investigar. Isso não justifica maltratar servidor e demitir sem as devidas considerações. Agora, que aquela estrutura que ali está, que é importante, está extremamente prejudicada pela gestão anterior que superfaturou, na minha avaliação, o funcionamento, isso sim, presidente.

RICARDO VASCONCELOS – PSD – ORADOR

Vereador Byron.

SARGENTO BYRON – MDB – APARTE

Presidente, primeiro eu queria parabenizar o senhor pela escuta dos servidores, dos trabalhadores, para entender toda a problemática que está ocorrendo com essa questão da desvinculação desses profissionais em virtude da troca das empresas como o vereador Isac falou. É muito importante que aqui, enquanto vereadora, hoje prefeita, ela falava muito sobre isso de ouvir a população, ouvir os profissionais que são o alvo do serviço público. E com relação a isso, presidente, nós vimos nas redes sociais alguns moradores do conjunto Orlando Dantas, não sei se o senhor teve conhecimento, reclamando do desligamento de alguns profissionais de saúde, como médicos daquela unidade de saúde e que, para os populares, tinham uma excelente avaliação. Eu não sei quais foram os critérios para que houvesse esse desligamento, mas isso está tomando uma notoriedade, uma repercussão. Porque a saúde, vereador Lúcio, é um dos gargalos do serviço público, em todas as gestões, em todas as esferas. Quando há uma avaliação positiva da população com esses profissionais e eles são desvinculados, nos surpreende porque, quando é alguém que pela população tem uma avaliação negativa... Então, há de se ouvir desses funcionários ou da população o porquê dessa desvinculação, presidente. Porque o serviço é para o povo, não é para gente, é para a população em geral, e deve ser prestado com excelência. Obrigado, presidente.

RICARDO VASCONCELOS – PSD – ORADOR

É exatamente isso. Eu concordo com o Isac. Aqui, o meu apelo é para que a gestão policie, converse com seus liderados, com seus colaboradores para que não destrata os profissionais que, independentemente do momento em que eles entraram na gestão, se na administração de Edvaldo, se na administração anterior a Edvaldo, não importa. Porque não é fácil você conseguir o médico neonatologista, o médico neuropediatra e, ainda, muitos são abnegados, trabalham com uma remuneração muito aquém, e ainda assim a gente está os maltratando muitas vezes. Então, o meu apelo é nesse sentido de que a gestão converse com seus colaboradores, oriente os seus colaboradores a se conterem, a manter o equilíbrio e, se quiserem fazer alguns ajustes, algumas trocas, algumas alterações no corpo técnico, que faça, mas de forma muito consciente, equilibrada e mantendo, no mínimo, o mesmo nível de excelência do serviço que está sendo prestado. Se é para trocar, vamos trocar para melhor, não é trocar só porque eu quero trocar; porque como o Byron disse, tem médicos aí que já conhecem a comunidade, excelentes profissionais e que podem ser trocados não sei por qual motivo;

e a gente pode substituir por profissionais que não têm ainda tanta mão, tanta experiência. Outro ponto em que eu ainda quero tocar, e é na mesma linha, já tem Isac... Isac, escute essa! Nivaldo, do SEPUMA, me procurou no final de semana, disse que iria conversar com Emília. A prefeitura de Aracaju pagou R\$ 6 milhões no “Natal Iluminado”, que a gente tanto criticou, com os recursos da COCIP. Mande o pessoal estudar. Não poderia fazer dessa forma. Pagou. Eu não tenho, eu vou continuar sendo o presidente lúcido que eu fui com o Edvaldo, da mesma forma, independente. Se se acostumarem comigo desse jeito, vai. Se não der, vai de outra forma. Mas eu não vou “passar pano” para ninguém, nem “botar sujeira para debaixo do tapete”. Nivaldo me trouxe uma situação delicadíssima. Você que tem contato com o Nivaldo, vá conversar! A Câmara não vai deixar de investigar nada que tenha qualquer indício, qualquer “fumaça” no meio do caminho do que é irregular. Independentemente de quem esteja no poder, independentemente de onde vem a pressão. O nosso papel aqui é de fiscalizar e de legislar. Eu vou continuar porque assim seria, da mesma forma, se Emília e Ricardo Marques estivessem aqui. Qualquer erro do gestor, eles estariam subindo a essas cadeiras aqui e na bancada “pintando e bordando”. Nós temos que fazer da mesma forma. É isso que o povo espera da gente aí fora. Quanto mais a gente fiscalizar, Miltinho, menos eles vão errar, menos vai ter prejuízo ao erário público, mais coisas vão chegar na ponta para a população. É esse o nosso papel: fazer a crítica construtiva, apontar os melhores rumos, porque ninguém é dono da verdade. Então, Rodrigo, eu peço a cada um dos senhores: vamos fiscalizar ainda mais. Vamos estar atentos a como os recursos públicos estão sendo gastos. O contrato de irrigação da EMSURB, o contrato do lixo, o contrato com a Lourdes Nogueira, o contrato da Saúde, tudo vai passar pelo pente fino desta Casa, independentemente de que estejamos na base ou não. Estar na base, meus amigos, não quer dizer subserviência e concordar com o que está errado. Quem pensou com essa velha política já está enterrando, já está indo para “sete palmos debaixo da terra”, não é, Rodrigo? Ou se acostuma com essa nova realidade da gente ou “se vire”! Mas esse parlamento vai continuar altivo, vai continuar correspondendo às expectativas da sociedade. Eu estou falando dessa forma hoje, Miltinho, porque eu estou sendo muito procurado. Tudo tem limite! Tudo tem limite! É uma “ruma” de contrato com dispensa, dispensa, emergencial! Eu já fiz um discurso aqui dizendo: pressa é para tudo aquilo que não foi planejado. Então, tenha um planejamento, tenha uma organização para que a gente não coloque “os pés pelas mãos”.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Com a palavra, o vereador Rodrigo Fontes.

RODRIGO FONTES – PSB – ORADOR

Senhor presidente, colegas vereadores e vereadoras, pessoal da galeria, da TV Câmara. Presidente, ouvindo atentamente o discurso de Vossa Excelência, eu quero dizer que essa independência de Vossa Excelência foi o que fez desta Casa uma Casa cada vez mais forte, uma Casa cada vez mais respeitada. Hoje, no Pequeno Expediente, a grande discussão foi a questão do subsídio. Eu pedi um aparte, não deu tempo na fala do nosso líder, e eu quero aqui manifestar a minha opinião. O subsídio é um remédio financeiro para que haja uma tarifa exequível na manutenção do serviço do transporte. Sem esse subsídio, uma empresa hoje não consegue se manter prestando o serviço. Ao mesmo tempo, sei que devemos garantir o direito dos trabalhadores, das empresas de ônibus. Eu acho que nós poderíamos fazer, todos nós juntos, o entendimento que possamos garantir o direito dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, a manutenção da prestação do serviço público. Como assim, vereador Camilo, Vossa Excelência que tanto fala sobre isso? Eu acho que nós poderíamos condicionar um percentual do subsídio das empresas inadimplentes com os seus funcionários, um depósito em uma conta judicial do Ministério Público do Trabalho, para que seja feito o pagamento dos funcionários dessas empresas de ônibus. Não podemos botar 100% do subsídio porque, em uma empresa, o custo não é só funcionário. Você tem pneus, você tem óleo diesel, você tem tudo que, a partir do momento que você tira todo o subsídio, a empresa não vai ter mais condições de prestar o serviço. Eu acho que a gente não pode desamparar. De forma alguma esta Casa não pode desamparar os funcionários das empresas, mas também não podemos deixar que as empresas deixem de prestar o seu serviço, porque as empresas do serviço público na nossa cidade, várias e várias empresas entraram em dificuldade, inúmeras fecharam. Nós tivemos aqui a empresa Graça, a empresa São Pedro, inúmeras empresas. Será que todo mundo que passou pelo serviço público é incompetente? Não. É porque as tarifas que eram praticadas eram tarifas inexecutáveis para a prestação do serviço público. Eu acho que se nós apresentássemos uma emenda à lei do subsídio, determinando um percentual para garantir o pagamento dos débitos trabalhistas e deixando um percentual para a manutenção do serviço público do transporte, seria uma grande contribuição que nós estaríamos dando à sociedade aracajuana. Com a palavra, o vereador Camilo.

CAMILO DANIEL – PT – APARTE

Ô, Rodrigo Fontes, vereador, muito obrigado pela menção, por ter estudado e por estar propondo sobre esse tema. Quero trazer para toda a Casa, e principalmente para os vereadores dessa nova legislatura, um pouco de história aqui para o debate nosso. Logo quando foi aprovada na primeira discussão o subsídio, esta Casa tentou ainda colocar uma emenda no projeto de lei do subsídio para dar alguns condicionantes parecidos com o que Vossa Excelência colocou aqui. Mas, à época, houve um entendimento, inclusive, Vinícius Porto, o vereador Vinícius Porto aqui presente foi um dos vereadores que na época levantou essa questão que a Câmara de Vereadores não poderia legislar sobre questões trabalhistas. Então, a gente estaria impedido de fazê-lo. Quero trazer duas outras questões. A primeira. Teve um empresário que veio aqui à Câmara pedindo aprovação de subsídio. Ele se comprometeu, em 2023, que quitaria o que ele devia, para que ele conseguisse chegar, já que não é ilegal, mas é imoral isso que está acontecendo. E tem 2 anos que isso aconteceu em 23, 24; hoje a realidade continua a mesma. E aí, eu vou fazer uma pergunta aqui para esta Casa. Eu vi que o vereador Isac, acho que teve algum vereador aqui que disse que o Isac iria propor uma CPI da SMTT. Vocês sabem que empresa é a empresa Serrano? Vocês sabem qual é essa empresa? Você vê essa empresa rodando aqui na cidade, a Serrano? Conhece? Não. Pois, é essa empresa aí que recebe subsídio. É essa empresa aí que recebe subsídio. Então, perceba, parece que tem uma caixa-preta, um negócio assim, que eu imaginava que iria ser furada essa bolha, e parece que essa bolha aí está enchendo um pouco mais. Mas eu acho extremamente pertinente seu discurso e sua proposta, vereador.

RODRIGO FONTES – PSB – ORADOR

Eu acho que a gente, apresentando essa emenda, vai garantir o direito dos trabalhadores de receber os seus créditos trabalhistas, porque aí não é mais facultativo ao dono da empresa pagar ou não, ele é obrigado. Se você determina que 50% de todo o subsídio pago à empresa inadimplente seja depositado em juízo para pagar aos trabalhadores, nós estamos dando a garantia que os trabalhadores receberão os seus direitos trabalhistas. É essa a minha opinião. Entendeu, vereador? Era só isso que eu tinha para o dia de hoje. Ô, na hora, meu nobre colega, Elber Batalha.

ELBER BATALHA – PSB – APARTE

Meu querido colega correligionário Rodrigo, entendo sua boa vontade com esse processo, porque a sua preocupação é, sobretudo também como é peculiar do Partido Socialista Brasileiro, com os servidores dessas empresas. Mas eu quero fazer uma ressalva, e aí eu vou endossar a fala do nosso presidente quando a prefeitura, em vez de assumir o desgaste da objeção política ao nosso projeto, tenta imputar à Câmara de Vereadores uma incompetência que não temos do ponto de vista técnico, alegando que o projeto é inconstitucional. Eu estou localizando aqui o artigo 195 da Constituição Federal para lê-lo textualmente no que diz respeito a subsídios, a incentivos às empresas. Artigo 195 da Constituição, parágrafo 3º. Vou ler aqui, vereador Iran Barbosa, vereadora Sonia Meire, vereador Isac, todos os demais. “A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei, não poderá contratar com o poder público nem dele receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios.” Então, eu vou fazer logo um contraponto. Tive, e aí eu quero deixar registrado para o colega Lúcio Flávio que, de tudo o que eu falo aqui, eu estive com Emília para discutir com ela primeiro, vereador Iran. Eu disse: “Emília, é taxativo”. O procurador Hunaldo me disse, em uma interpretação, a meu ver, esdrúxula, que esse incentivo fiscal, esse benefício não é para a empresa, é para o passageiro. Aí, eu disse: “Se o senhor me der um exemplo de um incentivo que não é para o usuário e sim para a empresa, eu retiro esse argumento”. Porque todo incentivo tem a finalidade em um segmento da sociedade. A pessoa jurídica pela qual ele passa é apenas um intermediário, um instrumento para a melhoria desse serviço. É inconstitucional pagar esse subsídio a essas empresas. É a Constituição que diz que não pode pagar. Nós não podemos, aí sim, se nós colocarmos essa permissividade no projeto do nosso querido amigo Camilo, aí ele fica inconstitucional. Então, minha posição é clara quanto a isso, que essa emenda que Vossa Excelência, com uma ótima intenção, pode querer propor, que não cabe mais, porque ela já está em fase de veto, tornaria, sim, o projeto inconstitucional.

RODRIGO FONTES – PSB – ORADOR

Nobre colega, já existe jurisprudência sobre empresas que prestam serviços essenciais à sociedade e que podem receber sem a certidão negativa.

ELBER BATALHA – PSB

Receber parcela, pagamento do serviço prestado. Não é incentivo.

RODRIGO FONTES – PSB – ORADOR

Sim, mas eu acho que se você pode receber parcela, porque a lei também diz que se você estiver sem a certidão, você não pode receber do setor público. Se você não tiver certidão do FGTS, todas as certidões, você não pode receber. A partir do momento que você abre uma exceção para receber uma fatura, você pode receber um subsídio. A mesma coisa. Já existe jurisprudência sobre isso. Eu estou dizendo que eu passei por isso há 10 anos. Uma empresa aqui de Sergipe prestava serviço à área de saúde e recebeu durante um ano e dois meses, sem nenhuma certidão, porque era um serviço essencial à sociedade. Na questão de saúde, isso aí, já existem várias jurisprudências sobre isso. Eu acho que a partir do momento que você vincula uma parte do subsídio ao pagamento do trabalhador, você está dando a garantia que aquele trabalhador vai receber todos os seus direitos. Porque não é mais facultativo ao empresário. “Eu pago ou não pago.” Ele é obrigado. Está lá depositado em juízo.

ELBER BATALHA – PSB

Por que ela não vinculou?

RODRIGO FONTES – PSB – ORADOR

A gente está discutindo aqui. Eu acho que o parlamento é para isso, para a gente falar e achar soluções que possam melhorar cada lei que chega, cada propositura. A gente está aqui para isso. É uma opinião que eu estou dando que a mesma importância que o servidor tem, o empresário também tem. Sem o funcionário não existe empresa, mas sem empresa também não existe funcionário. A gente tem que dar o mesmo valor que a gente dá ao funcionário, que é merecedor, que tem que ter todos os seus direitos em dia; a gente também tem que ver o lado do empresário sofrido, que paga o maior imposto do mundo, que está aqui... A gente fala de uma empresa. Se você puxar o histórico aqui do transporte público do Aracaju, tem dez empresas que entraram em dificuldade. Será que todo empresário aracajuano é incompetente? Ou será que a tarifa era uma tarifa inexecutável para a manutenção do serviço do transporte público? Eu quero aqui... O que eu estou dizendo é que a gente possa garantir o direito de duas categorias importantíssimas para a sociedade: o trabalhador e o empresário também. Com o aparte, meu líder.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – APARTE

Permita-me. Dê-me um aparte. Veja! O texto que o vereador Elber Batalha cita, a Constituição, diz que não pode contratar. Ou seja, não pode ter... Isso. O grande mal está no contrato, ou seja, na permissão de essas empresas funcionarem em Aracaju devendo aos trabalhadores. Essa origem não se dá agora. A gente vem com uma relação muito mal construída, por conta da falta da licitação, que a gestão anterior segurou por 8 anos e, ao final, a toque de caixa e repique de sino, mandou e foi aquele malfadado, de modo que hoje está recaindo, em tese, sobre a Emília o que não deveria recair. “Ah! Ela pode. Ela pode.” Mas o que é que está dito pela prefeita Emília? Nós vamos resolver isso com a licitação. Então, a gente vai ficar o tempo todo aqui acusando que a senhora dos males é Emília. E não, vamos ser justos com as coisas. A lei que concede subsídio não nasceu na gestão da prefeita Emília, nasceu na gestão do prefeito Edvaldo Nogueira. E ela carrega... Pode ser derrubada, mas não foi proposto isso. Aí veio... Pode ser melhorada. Agora, eu estou dizendo o seguinte: os males nascem ali. “Ah! Eu sou...” Eu estava aqui e votei. Eu coloquei algumas emendas. Caíram todas as emendas à época. Havia uma pressão muito grande da base aliada, conseguindo aprovar como estava. Não quero colocar a pecha em nenhum vereador. Foi porque senão não tinha acordo. Eu quero dizer o seguinte. Olha! Eu tenho visto aqui composições com muitas ponderações corretas e críticas que são corretas, que são assim, justas. Mas nesse caso, a gente tem que pesar muitas coisas, sob pena de a gente aplicar um sobre peso a alguém que até o momento não merece carregar essa pecha.

RODRIGO FONTES – PSB – ORADOR

Essa questão do transporte público é uma questão que vem sendo debatida há vários anos, e não foi resolvida. Agora, com a palavra, a vereadora.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – APARTE

Muito obrigada pelo aparte. Estava aqui, olhe, de hoje! Obrigada pelo aparte. Primeiro. Eu quero dizer o seguinte. Sobre essa questão, a gente estuda o transporte de Aracaju há um tempo, inclusive com muitos movimentos na rua, contra essa terceirização e privatização, na verdade, do transporte. Eu penso que, quando uma prefeita assume, ou um prefeito, assume o ônus e o bônus do cargo. Então, aqui precisa ser discutido com profundidade quais as consequências da privatização de um serviço essencial garantido pela Constituição. E mais uma vez agora, a licitação, o contrato foi suspenso. Nós fomos, na legislatura anterior, uma das vereadoras que apresentou, se eu não me engano, 22 a 24 emendas, emendas não, indicações para serem incluídas no

processo licitatório, registrado no Ministério Público, e não foi levado em consideração. Terminou a gestão e nós continuamos com o problema, certo? Não sabemos como será feito esse procedimento daqui para frente. Penso que o estudo que foi feito traz sérias falhas e penso também que a gente precisa aqui parar com essa história, pelo menos na minha análise, que não tem empresa coitadinha. As empresas lucraram muito e tiraram muito dinheiro desviado, criando outras empresas para serem substituídas, como a Serrano que o nosso vereador aqui, Camilo falou. Vão tirando tudo contabilmente das empresas para depois ficar dizendo que é coitadinha, que precisa aumentar o valor da tarifa, que precisa fazer e acontecer. Nós precisamos agir corretamente. E hoje, para completar a minha discussão aqui, o recurso vai para a AracajuCard e já tem inclusive decisões agora que a gente está aguardando para retirar esse dinheiro e colocar para pagar, no caso, a Progresso, pagar os trabalhadores, entendeu? Então, é preciso que a gente acompanhe isso, continue fiscalizando, que é nosso dever, e fazendo crítica àquilo que não pode continuar. Inclusive, tem um requerimento hoje que nós vamos discutir que tem essa base. Muito obrigada.

RODRIGO FONTES – PSB – ORADOR

Eu concordo com a senhora que a gente tem que fiscalizar o direito dos trabalhadores. A partir do momento em que a gente vincula um percentual do subsídio para que seja depositado em juízo, a gente está dando uma garantia que o trabalhador vai receber o seu salário, vai receber as suas pendências trabalhistas. Professora, se a gente analisar, como eu falei anteriormente aqui, todas as empresas de Aracaju do transporte público entraram em dificuldade, todas. Se não receber o subsídio, não tem empresa que se sustente sem receber o subsídio. O subsídio é um remédio financeiro. Eu acho que é parte da tese do remédio financeiro. E não quer dar o remédio a quem está mais doente... Se a gente vai dar remédio, a gente tem que conversar com quem está mais doente. A empresa que está com dificuldade tem que ser a primeira a receber para sanar. Agora, a gente quer o quê? Quer amarrar e garantir que aquele subsídio vá, de fato, para pagar o direito dos trabalhadores. Muito obrigado. Era só isso para hoje.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

A sessão está suspensa. Reaberta a sessão. Vamos dar início à ordem do dia.

[Pauta da 10ª Sessão Ordinária.](#)

Recomposição de quórum. Rodrigo Fontes está ali, Sávio está aí. Rodrigo está aí, Sávio está aí. Agora, saber se eles querem que bote o quórum, não é? Vereador Rodrigo, registrar a sua presença. Vai tirar de pauta. Vamos dar início. Peço à vereadora Thannata que faça a leitura bíblica.

THANNATA DA EQUOTERAPIA – MOBILIZA – LEITURA BÍBLICA

“E a paz de Deus, para a qual também fostes chamados em um corpo, domine em vossos corações, e sede agradecidos.” (Colossenses 3, 15)

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Amém!

THANNATA DA EQUOTERAPIA – MOBILIZA – LEITURA BÍBLICA

Amém!

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Veto... Pela ordem, o vereador Pastor Diego. Questão de ordem ou pela ordem?

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Pela ordem, presidente. Eu queria fazer um requerimento a Vossa Excelência para poder a gente deixar para apreciar os vetos em conjunto, já que tem um veto relacionado com outro de autoria do vereador Elber, tem autoria do vereador Camilo. É uma discussão que a gente vai fazer aqui muito exaustiva. Acredito que todo mundo vai querer falar, discutir. Quero pedir a Vossa Excelência que a gente preparasse uma pauta específica só para discutir os vetos; que a gente retirasse hoje e preparasse uma pauta específica para discutir ou ainda essa semana ou depois do Carnaval.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pela ordem, o vereador Elber.

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

Presidente, eu quero justificar para ser bem transparente com alguns colegas, porque tivemos um diálogo naquele dia, eu acabei adentrando em uma reunião que era da bancada de situação e lá registrei a forma educada e solícita que foi recebido pela secretária de saúde, que em um primeiro momento sinalizou positivamente a mudança da forma de cobrança da taxa da vigilância sanitária para os profissionais dentistas. Só lembrando basicamente, vereadora Moana, Vossa Excelência senhora estava doente

no dia. Os dentistas pedem o seguinte: eu, a senhora e o presidente somos dentistas e dividimos o mesmo ambulatório. A prefeitura, não de agora, de sempre, é uma luta histórica deles, cobra a taxa dos três, mesmo que a vigilância seja vigiar o mesmo ambulatório. Ou seja, é uma cobrança que se chama no direito tributário *bis in idem*, se cobra a mesma coisa de várias pessoas pelo mesmo fato gerador. A secretária Débora Leite, que foi muito educada, muito cortês, nos recebeu. No entanto, quando foi para o corpo técnico, me parece que uma chefe da vigilância, a senhora Flávia Brasileiro, o assunto não avançou Isac. O posicionamento da Flávia é contrário. Ela quer manter a cobrança por CPF e por profissional, em uma dissonância com o que a secretária sinalizou. E me parece que a secretária não manteve a posição de dizer “eu quero assim”. E os dentistas não tiveram avanço nessa questão. Então, justificando, para deixar bem transparente para os colegas: não há de minha parte uma mudança de postura, vereadora Thannata; apenas a reunião que ocorreu na segunda-feira, ao que nós pensávamos que traríamos uma solução que eu tinha sinalizado para Isac, inclusive, que eu abriria mão, presidente, pela derrubada do veto, pela manutenção do veto — Lúcio Flávio é testemunha — se houvesse algum avanço. Houve na verdade um retrocesso, porque o corpo técnico não aceitou o avanço e manteve a posição de cobrar por CPF. Então, eu registro o porquê de o projeto ter voltado à pauta, o veto, porque para que aqueles que viram nosso diálogo naquele momento não tenham a dissonância do porquê de ele ter retornado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pela ordem, Isac.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Vou usar sua ponderação, porque na verdade há uma proposta, que talvez não haja concordância, mas há uma contraproposta ao que está sendo suscitado pelo seu projeto. Gostaria que o Lúcio ajudasse.

LÚCIO FLÁVIO – PL – APARTE

Só compartilhando com os colegas vereadores. Há uma proposta para atendimento ao pleito de taxa por local. Eu estive ontem com a secretária Débora. Essa proposta será apresentada. Obviamente, ela pode não contemplar tudo o que os dentistas pediram, mas a intenção é caminhar exatamente no objetivo do vereador e dos dentistas. Esse modo será apresentado em breve, eu estive exatamente ontem até às 18 horas para

tratar especificamente desse assunto. Então, há sim, só corrigindo a fala do vereador Elber, uma entrega a ser feita, partindo dessa premissa da necessidade dos dentistas.

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

Essa é a posição do CRO que teve reunião para que nós mantivéssemos a votação do veto e a apreciação. Caso Vossa Excelência queira agendar uma data para votação conjunta, respeito a decisão de Vossa Excelência. Caso queira mantê-la hoje, também não há nenhuma objeção de minha parte. Fica na discricionariedade de Vossa Excelência.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Veja, eu vou colocar em votação. A gente tem que ser o mais democrático possível. Vocês vão decidir junto comigo se será votado ou não. Só quero entender o seguinte, e aí Isac e Lúcio explicam. Com o que é que daquilo que nós tentamos construir, naquela conversa, a prefeitura já disse que não vai concordar?

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

A doutora Tereza me sinaliza que o pessoal do corpo técnico é resistente a não cobrar por CPF individualizado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Que isso é o cerne da questão.

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

Exato! Então, assim, eles dizem que querem modificar algumas coisas, mas insistem no modelo da cobrança por CPF. Ou seja, o pseudoavanço que quer se fazer em algumas flexibilizações da questão da fiscalização do local mantém o grande problema que é a cobrança de R\$ 850,00 de cada profissional, trabalhe ele ou não nessa situação. Então, eles participaram da reunião. Até para que não se politizasse a reunião, eu fiz questão de não comparecer para que o Conselho conversasse com o corpo técnico e o retorno que o Conselho me traz hoje é de que não houve avanço e que a gestão sinaliza a manutenção da cobrança.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Isac. Isac vai falar? Ou Lúcio?

LÚCIO FLÁVIO – PL – PELA ORDEM

Não, não. Não procede a fala do vereador Elber. Há sim a intenção da prefeitura de Aracaju junto à Secretaria de Saúde e à SEFAZ fazer a modificação em dois aspectos: 1 - a cobrança específica como pede o vereador Elber por localização; número - 2, distinguir o pequeno do grande, para não ser taxa única. Então, está, sim, acatado pela prefeitura o caminho para a solução disso. E nós havíamos, em consenso, vereador Elber, na nossa reunião, pactuado que seria votado pós-Carnaval. O autor do projeto concordou diante de Vossa Excelência na reunião que tivemos, que isso seria votado pós-Carnaval para esta entrega ser feita oficialmente a todos os vereadores. Então, isso foi algo que foi consensual com o autor, a situação e a oposição.

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

Lúcio, com todo o respeito e consideração que lhe tenho, o que precisa é a gestão unificar uma pauta. Não foi isso que a senhora Flávia Brasileiro passou para a presidente do CRO que está ali atrás, e que ela me confirmou. Talvez, às vezes, falta essa situação. Às vezes, o súdito manda mais do que o rei nessa gestão, parece-me. A secretária tem que definir. Eu quero que mude a modalidade, discipline, regulamentarmente, normativamente, como você vai mudar, para que não seja ilegal; porque a reunião com a secretária flui em uma linha de respeito, de cordialidade, de objetividade e de eficiência. Mas quando... É bom lembrar que o veto a esse projeto foi fundamentado por essa senhora que não quer regulamentar. Não foi a gestão de Edvaldo que vetou. A justificativa do veto já foi da senhora Flávia Brasileiro, contra a qual não tenho nada efetivamente, mas é bom justificar. Ela já explanou que era contra, Isac, a mudança, porque foi ela do veto, isso nos foi dito na reunião com o doutor Hunaldo; desses vetos o que é totalmente dessa gestão é esse, é esse. E, quando a secretária nos sinalizou, Flávio, eu, nós abrimos o coração. “Bom, agora vai fluir.” Saímos de lá com as melhores expectativas. Mas na reunião com essa senhora, tudo regrediu e ela insiste na manutenção. Então, parece-me que a secretária sinaliza para nós de uma forma, mas o corpo técnico não acompanha o raciocínio da chefe da pasta. Nós vamos, por conta disso, presidente, insistir na votação do veto, na manutenção da votação do veto. Vossa Excelência só define se é hoje ou se conjuga as votações dos vetos, como pede o Pastor Diego.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Isac.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – PELA ORDEM

Veja, presidente. O que nós estamos dizendo é que não tem apenas esse aspecto para ser discutido com relação à cobrança dessa taxa da vigilância sanitária. Veja, há discrepâncias, assim, maiores. Por exemplo. Um escritório, um consultório pagam o mesmo valor que paga uma empresa de grande porte. Então, nós vamos apresentar na próxima, depois do Carnaval, aqui, uma nova regulamentação dessa cobrança. Se, depois disso, os colegas entenderem que deve derrubar o veto, ou manter, aí vai para o julgamento e o discernimento de cada um. Mas nós vamos apresentar uma nova modalidade de cobrança, a nova administração vai apresentar, e os vereadores vão analisar se isso contempla ou não. Porque a gente não pode também achar que o Conselho tem o condão de decidir aqui o que nós queremos e vamos fazer para o futuro, nessa perspectiva.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Elber.

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

Mas, Isac, só para ressaltar uma coisa. Em nenhum momento o Conselho tem isso. Mas a administração tem que ser objetiva. Por exemplo, solicitou-se à doutora Tereza que trouxesse regimentos de outros municípios sobre isso; ela forneceu. O que se chegou na reunião na segunda-feira foi um retrocesso total, “não concordamos com isso”. Quando a secretária foi taxativa em nos dizer “está errado, tem que cobrar por localidade”. O discurso de Vossa Excelência sempre pauta isso. “Ah, porque não é só isso, não existe.” E vai resolver como? Quando? Porque, depois do Carnaval, trava a pauta e não vota mais nada. Não vota mais nada na Câmara até a gente discutir esses vetos. E a gestão, a gente não vê uma sinalização de avanço. Fica só um diz “na próxima reunião a gente faz”. Eu disse: “Secretária, lembre-se de que vai fechar a pauta da Câmara”.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Vinícius.

VINÍCIUS PORTO – PDT – PELA ORDEM

Veja, eu ouvi atentamente o discurso aqui, mas eu acho que nós poderíamos ponderar da seguinte forma, na minha opinião. Na quinta-feira nós teremos a visita da

secretária de saúde aqui a esta Casa. Eu acho que seria um grande debate com ela na Casa do Povo Aracajuano, para nós vereadores tirarmos todas as dúvidas necessárias para essa matéria. Após isso, aí nós podemos votar na próxima semana, depois dessa discussão. Porque fica muita conversa, olha, houve uma reunião que o vereador Elber não quis participar porque era política. O vereador Lúcio participou. Mas ela estará aqui na quinta-feira para tirar todas as dúvidas. Após isso, a gente vota. Essa é minha opinião.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Levi.

LEVI OLIVEIRA – PP – PELA ORDEM

Lúcio, ficou definida na reunião que a gente fez aqui que a prefeitura emitiria também um documento, presidente, com a prefeitura se comprometendo em fazer tudo isso que você falou, esses dois itens. Para quê? Para que a gente tivesse o respaldo para vetar ou não, com base nesse documento que fosse apresentado. A prefeitura deveria já ter mandado esse documento para a gente, para apreciação, estando tudo certo. Mas nem isso chegou, esse documento. Realmente, esse documento chegando, a gente pode sim botar em pauta, porque isso aí é o que foi definido na reunião também, e não foi cumprido.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador professor Iran, depois Sonia.

IRAN BARBOSA – PSOL – PELA ORDEM

Obrigado, presidente. Duas coisas. Eu estou praticamente contemplado com a fala do vereador Levi. Acho que se tem uma sinalização de uma negociação, está ótimo. Precisa apenas que exista uma formalização para que a gente aqui encaminhe com as questões esclarecidas, devidamente elucidadas. Isso é fundamental para tomar uma decisão, se a gente avança derrubando o veto, se vai votar derrubando ou vai votar mantendo. Tem a ver com esse processo. Tem que ter segurança. A Casa não vai ficar, por exemplo, nessa... Então, isso é uma coisa. A outra é que eu acho a quinta-feira é um dia importante. Agora, lembrar que a secretária está vindo com a missão específica e legalmente restrita a tratar do quadrimestre. Ela pode chegar aqui, querer dizer que não vai falar; ela não tem obrigação de falar de mais nada. É claro que aqui a gente pode, na

informalidade, ver outras coisas; mas do ponto de vista formal, ela virá aqui quinta-feira para apresentar o balanço do terceiro quadrimestre do ano passado. Obrigado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Sonia.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – PELA ORDEM

Eu quero aqui referendar as falas anteriores que tratam exatamente da importância de a secretária estar aqui com outro objetivo. Então, essa pauta não é uma pauta que está em discussão, certo? Ela vem para atender a um princípio legal de trazer o resultado do quadrimestre anterior, até onde ela assumiu, anterior e com ela. A segunda coisa é que eu estou entendendo que há uma proposta, inclusive, de cobrança e escalonamento, que é diferente do que o vereador Elber colocou. A votação aqui, se as pessoas não se sentirem a vontade de votar hoje, é específica, sobre uma questão que está sendo cobrada em duplicidade. Não é sobre tamanho de empresa, tamanho da instituição, quantas pessoas atuam ali, é sobre a cobrança do CPF em duplicidade. Então, eu acho que isso precisa ser separado e, se a secretaria e a prefeita tiverem uma proposta diferente, que mande, pois isso não impede que a gente vote aqui o veto também. Porque é outra reformulação que também passará por esta Casa e que nós vamos votar a partir da apreciação do coletivo.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Lúcio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – PELA ORDEM

Senhor presidente, veja. Nós já havíamos pacificado esse assunto em reunião, com oposição e situação, o autor do projeto, e votaríamos em seguida, e que até lá, até lá, pois não chegamos ainda no pós-Carnaval, traríamos essa solução. Eu estive ontem, até depois das 8 horas, com a secretária, que além de já ter confirmado conosco que há essa boa vontade e intenção da prefeitura pacificar esse assunto de várias taxas para o mesmo estabelecimento. Além disso, respondendo à vereadora que me antecedeu, além disso, há outro problema que pode ser resolvido de igual modo no mesmo tempo. Ela estará aqui na quinta-feira e ela já disse para mim, textualmente, independentemente de a pauta ser sobre o quadrimestre anterior, ela estará à disposição para responder qualquer outro tema que ela tenha a competência para responder. Então, isso está

resolvido na reunião anterior e a gente está trazendo de novo algo que nós, enquanto vereadores, pacificamos para tratar depois do Carnaval.

ELBER BATALHA – PSB – PELA ORDEM

De maneira informal, eu quero dizer, presidente: Lúcio, não foi cumprida essa situação. A reunião daquela data foi adiada pela senhora Flávia, só veio se realizar na última segunda, e nós estamos na quarta-feira e só temos agora, na terça-feira, e só temos uma sessão deliberativa e nenhuma proposta chegou sequer para o Conselho, sequer para os vereadores. Então, assim, não... Respeito toda a posição dos colegas de situação, que são a grande maioria aqui. Agora, eu não vou também colocar minhas posições em segundo plano, minha firmeza em defesa de algumas pautas, em nome de uma boa convivência que não avança com a gestão. Porque não tem avançado. A verdade é essa. A minha boa vontade aqui não tem tido uma contrapartida, Isac, não de Vossa Excelência, mas da gestão do Executivo, porque é muito discurso e pouca prática. Não tenho nenhuma sinalização objetiva, nem eu nem o Conselho, de que algum acordo está sendo construído. Pelo contrário, a responsável pelo setor sinaliza que é contra a proposta do projeto.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Eu vou colocar em votação. Aqueles que concordam com a retirada no dia de hoje, por favor, levantem a mão. Os que não concordam permaneçam como estão. Por maioria, concordam com a retirada no dia de hoje. Lembrem-se de que, com proposta ou sem proposta, será votado no prazo fatal.

Requerimento nº 24/2025, de autoria do vereador Binho. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 27/2025, de autoria da Professora Sonia Meire. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

LÚCIO FLÁVIO – PL – DISCUTINDO REQUERIMENTOS

Só um registro. Na última votação acerca desses requerimentos, eu deixei claro para a oposição que nós, enquanto situação, base, estamos à disposição para prestar informações de qualquer natureza, de qualquer natureza. Eu questionei, inclusive, ao

vereador Elber se o requerimento que ele fez ele havia solicitado diretamente ao órgão, e se houve algum óbice. Não havia óbice, não houve nenhum tipo de solicitação, e ainda assim ele trouxe a plenária. Eu falei que era desnecessário trazer para a plenária algo que não houve recusa, mas, mas, diante disso, a partir de agora, estou trazendo a resposta da gestão de que todo requerimento será aprovado por unanimidade pela base, porque não há nada a esconder, mas a gente entendia que a solicitação anterior e prévia ao órgão justificaria um óbice para trazer o requerimento para o plenário. Dito isso, a situação votará favorável a qualquer tipo de requerimento de informação, porque essa é a intenção da gestão atual. Então, a situação encaminha voto favorável ao requerimento.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Para discutir, o professor Iran... Vai discutir? Não vai mais discutir? O requerimento continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 28/2025, de autoria da Professora Sonia Meire. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento nº 37/2025, de autoria do vereador Iran Barbosa. (Leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Moção nº 02/2025, de autoria do vereador Miltinho. (Leu). A moção está em discussão. Para discutir, o autor da moção. A moção está em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Convoco... Pela ordem. Pela ordem, Miltinho? Pela ordem, o vereador Milton Dantas.

MILTINHO DANTAS – PSD – PELA ORDEM

Presidente, lamentavelmente, hoje, nós recebemos a notícia, nas primeiras horas da manhã, do falecimento de duas pessoas do nosso convívio: Coronel Gessélio, que faleceu de madrugada, e o nosso amigo Alemãozinho, que todos nós aqui conhecemos, o lavador de carro que tomava conta aqui no estacionamento há 40 anos, aqui na praça. Ele morreu atropelado ontem. Eu pediria a Vossa Excelência, ao final da sessão, um minuto do silêncio em homenagem a ambos que nos deixaram.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Nossos sentimentos à família dos nossos dois amigos que faleceram no dia de hoje, no dia de ontem. Não havendo mais pela ordem, convoco outra Sessão Ordinária para o dia de amanhã, no horário regimental, declarando encerrada a presente sessão.

[SESSÃO ENCERRADA]

Texto revisado por Weslin de Jesus Santos Castro.